

Universidade de São Paulo - USP
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Geografia
Curso e Área: Mestrado em Geografia Humana

Relatório para Exame de Qualificação

Título do Trabalho:

**Os legados do regime militar de 1964
ao espaço geográfico-territorial brasileiro**

Mário Augusto Cardoso Justo

**Professor Orientador: Dr. André Roberto Martin
1º semestre de 2014**

Sumário

Introdução.....	2
1- Disciplinas cursadas na Pós-Graduação.....	3
1.1- FLG 5812 – Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea.....	3
1.1.1- Geografia Política e Geopolítica: suas evoluções e diferenciações.....	4
1.1.2- Clássicos do pensamento geopolítico brasileiro: De Backheuser a Golbery (das décadas de 1930 até a de 1970).....	9
1.2 - FLH 5758: O Estado Autoritário Brasileiro Pós 64. A Imprensa e os Instrumentais de Repressão.....	22
1.2.1 – As aulas.....	24
1.2.2 - Os seminários.....	27
1.3 – FLG 5801: Federalismo e Regionalismo e Político no Brasil.....	29
1.3.1 – Estado Federal e Federação Brasileira.....	30
1.3.2- Histórico do federalismo brasileiro antes do regime autoritário de 1964.....	31
1.3.3 - O federalismo brasileiro e o regime de 1964. Modernização conservadora e centralizadora.....	34
1.3.4- O caso de Brasília.....	39
1.3.5 - Bastidores da fusão Guanabara-Rio de Janeiro. A criação dos estados de Mato Grosso do Sul e de Rondônia.....	43
2- O Projeto de Pesquisa – dois anos depois e perspectivas futuras para a tese de mestrado.....	45
Referências Bibliográficas.....	58

Introdução

O relatório aqui iniciado tem por objetivo, em primeiro lugar, o de apresentar as disciplinas cursadas aqui na Pós Graduação e como as mesmas contribuíram para a pesquisa em andamento, incluindo, em todas elas, boa parte do que foram os trabalhos finais das disciplinas cursadas e as intenções de aproveitamento dos mesmos para a realização da tese (como em utilizá-las para formar tópicos e até capítulos no produto final). Em segundo lugar, o de reapresentar o projeto de pesquisa - não idêntico e estático como há dois anos atrás, mas sim enriquecido, agora com praticamente dois anos transcorridos desde o início da minha Pós-Graduação em Geografia Humana, e três disciplinas cursadas que muito contribuíram para alguns novos olhares e enfoques na pesquisa - que serviu como o primeiro passo para o desenvolvimento dos trabalhos, ainda em curso, que culminarão na elaboração da tese de mestrado, cujo título (provisório) é o colocado na capa: *Os legados do regime militar de 1964 ao espaço geográfico-territorial brasileiro*. E, por fim, apontar o que já foi realizado de pesquisa e levantamentos até aqui, o que já foi desenvolvido, e o que se pretende desenvolver, pesquisar e analisar daqui em diante, com os próximos passos rumo à dissertação final.

1- Disciplinas cursadas na Pós-Graduação

Para as três disciplinas cursadas optou-se em tratá-las numa ordem invertida. Ou seja, será começado pela terceira disciplina cursada, depois a segunda e, finalmente a primeira disciplina concluída, por conta das intenções em que pretendo abordar os assuntos para a elaboração da tese de mestrado.

1.1- Disciplina: FLG 5812 – Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea.

Esta foi a 3ª disciplina cursada na Pós Graduação, no 2º semestre de 2013, e ministrada pelo professor *Dr. Wanderley Messias da Costa*. O título do trabalho final dessa disciplina foi: “*A evolução da Geografia Política e da Geopolítica. Clássicos do pensamento geopolítico brasileiro. Brasília: o papel da capital federal*”. O título corresponde justamente aos três tópicos desse trabalho final. O porquê em iniciar o relatório a partir da referida disciplina consiste no fato de que o trabalho feito nela, e que pretendo aproveitar na construção da tese, virá primeiro na sequência da mesma. A intenção é utilizar, após a Introdução da tese, a discussão sobre a evolução da Geografia Política e da Geopolítica - do século XIX até aos dias atuais, no contexto do pós-Guerra Fria - como um primeiro tópico de um primeiro capítulo. Seria o de traçar um perfil geral da Geografia Política e da Geopolítica ao longo de um período histórico, delimitado acima. Para isso, o alicerce fundamental dessa parte do trabalho seria a obra baseada na tese de Doutorado do mesmo professor Wanderley: “*Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*”, de 1992.

O mesmo alicerce servirá ao segundo tópico que será uma retomada histórica do pensamento geopolítico brasileiro, partindo-se do final da República Velha - décadas de 1920 e adentrando-se na de 1930 - até aos dias atuais, na presente fase institucional marcada pela redemocratização pós-regime de 1964. Serão apontados os principais autores do pensamento clássico da geopolítica nacional, como *Backheuser, Travassos, Golbery*, entre outros. Bom ressaltar que no trabalho final da disciplina cursada, o percurso do pensamento geopolítico brasileiro, que por sinal sempre foi de forte inspiração militar, se estendeu até a década de 1970 ainda no auge do regime militar. Mas na tese se fará a abordagem também do período institucional que veio após o fim do regime de 1964, quanto aos caminhos atuais que a Geopolítica e a Geografia Política brasileiras têm traçado em nosso contexto contemporâneo, sobretudo no que se concerne às críticas a essas concepções que predominaram até o final do

regime militar, na década de 1980.

O terceiro tópico - a construção de Brasília - trouxe o contraponto das visões do professor Wanderley e do *professor Dr. José Willian Vesentini*, que realizou um conhecido trabalho sobre o papel da nova capital na porção central do país tratando de diversos aspectos, como o geopolítico. Porém, o tópico referente à Brasília será apresentado mais adiante, na referência à disciplina: *Federalismo e Regionalismo Político no Brasil*, ministrada pelo *professor Dr. André Roberto Martin*. Isto porque o mesmo assunto foi tratado no seminário final dessa última e escolheu-se em abordar sobre a cidade de Brasília, dentro da discussão específica do federalismo brasileiro, para que não se caísse em vãs repetições. Segue-se então a reprodução, quase que integral, do 1º e 2º tópicos do trabalho final de: “*Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea*”, que intento trazer para a tese final, após a Introdução.

1.1.1- Geografia Política e Geopolítica: suas evoluções e diferenciações

A evolução da Geografia Política vem ocorrendo desde fins do século XIX. Esta tem se dado não de uma forma simples, mas sim numa complexidade que tem sido inerente à dinâmica da *política dos Estados*, bem como das *relações internacionais* ao longo desse tempo – tanto no viés civil e militar; como no da guerra e da paz. Assim sendo, um primeiro aspecto dessa complexidade é que seu desenvolvimento tem sido marcado pelas conjunturas e circunstâncias de cada momento, de cada época, ao longo da História.

Um segundo aspecto seria que os diferentes autores desse sub-ramo do estudo geográfico refletem, em maior ou menor grau, a *influência de uma determinada nação ou país* na qual o autor está inserido, refletindo os *objetivos de determinado Estado ou grupo de Estados*, marcando a sua Geografia Política nos contextos político e territorial. Assim há particularidades e singularidades que dificultam uma pretensa análise dentro de modelos lógico-formais previamente sistematizados.

Sempre existiu o que *COSTA (1992)* denomina de “dúvida legítima” quanto ao estatuto científico do pensamento em Geografia Política. As obras fundamentais e clássicas desse sub-ramo da Geografia existem, bem como um conhecimento sistemático produzido ao longo de um tempo histórico, capaz de suplantar fronteiras e entrecruzar os meios acadêmicos e não-acadêmicos. Todavia a maioria de seus autores têm preferido iniciar seus estudos com tais indagações, na intencionalidade de produzir uma obra dita “universal”, para além de injuções, circunstâncias e conjunturas momentâneas, extrapolando o seu próprio tempo e lugar. Seria o grande receio de *caírem prisioneiros de suas próprias fronteiras*, como afirma *COSTA (1992)*,

ou seja, de incorrer no erro de serem enquadrados como mera “ideologia” ou “falso conhecimento”.

Para se encarar essa problemática, há a necessidade de se trazer em destaque a palavra *território*, não isoladamente, mas no contexto da *política territorial dos Estados* - os modos e manifestações de exercício do *poder estatal no território*. Também é preciso visualizar as fronteiras entre o exercício do poder estatal e a prática acadêmica, muitas vezes colocados em lados opostos. Mas tanto a Geografia Política, como a *Geopolítica*, apresentando-se como *ideologia de Estado*, não podem ser entendidas somente como um conhecimento concebido exclusivamente pelo Estado, pois sua origem pode ser do próprio meio acadêmico (a Universidade).

O Estado moderno tem realizado suas próprias investigações no tocante aos problemas territoriais; à formulação de políticas públicas; e à execução das mesmas - dentro de estratégias de alcance nacional e internacional, não se restringindo somente aos seus segmentos militares. Também não é uma exclusividade restrita aos Estados autoritários. Tais investigações estão presentes em sociedades contemporâneas e democráticas, como nas questões internacionais. Porém, quanto a estas últimas, se o que estiver em pauta é o conflito entre as nações, a Geografia Política tenderá estruturalmente, conforme o mesmo autor, a se tornar *estatal-nacional*.

Ele também assinala, dando sequência em seu raciocínio, que tradicionalmente: “o setor identifica como *Geografia Política* o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras, etc.; enquanto à *geopolítica* caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que esta última estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira”.¹

Um primeiro problema que se apresenta é que a obra *Geografia Política (1897)*, de *Ratzel* é tomada tanto pela Geografia Política, como pela Geopolítica, como o seu marco fundador, apesar do rótulo “*Geopolítica*” ter sido elaborado pelo sueco *R. Kjéllen*. Como então podemos diferenciar ambos? As bases conceituais e teóricas de ambas tem muito em comum. *COSTA (1992)* apresenta como um primeiro critério de diferenciação, o “nível de

¹ COSTA, Wanderley M. - *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.16.

engajamento”² do estudo aos objetivos estratégicos nacionais-estatais.

Um dos principais problemas da Geografia Política tem sido a de não trabalhar o conceito de Estado, preferindo generalizá-lo, colocando-o como desprovido de contradições internas e de percurso histórico, perdendo assim a sua natureza humana, social e política, como se fosse uma entidade abstrata acima de quaisquer contradições, algo superior e até “infalível”. Outros conceitos da Geografia Política também apresentam o mesmo problema, quanto à imprecisões e ambiguidades. É o caso de: *sociedade, população, território, espaço, fronteira, centralização, descentralização, federação, nação, unidade, etc.* Esses conceitos sempre estiveram sujeitos às instabilidades das alternâncias entre os períodos de guerra e paz, inserindo-se na já citada complexidade da evolução da Geografia Política, mencionada no início do texto.

Voltando-se ao trabalho mencionado de *COSTA(1992)*, um conceito especialmente tratado pelo autor é o de *conflito*. Esse conceito tem sido exaustivamente trabalhado por diversos autores que têm buscado até a solução definitiva para conflitos internacionais ou entre dois Estados específicos. Nesse tipo de análise, o que tem predominado é o protagonismo das máquinas estatais face à passividade das sociedades civis nacionais, em que estas últimas seriam apenas um *recurso* nas mãos do Estado nacional. A nível interno, a sociedade acaba sendo vista com “um todo indivisível”, em que qualquer discordância ou conflito de classes, de partidos políticos, de questões de “interesse nacional”, etc., são vistos como tentativas de se “desestabilizar” uma dada “ordem” pré-concebida, como se Estado, nação e território fossem um todo único. Este, na verdade, é o ponto de vista da geopolítica: uma sociedade perfeitamente harmônica e homogênea, submissa a um Estado nacional onipotente e irrepreensível, como se fosse até um “organismo vivo”, com uma tal vontade própria, que se imporia como uma verdade absoluta a todo o corpo social. Enfim, o Estado nacional e a sociedade, de uma forma até “viciada”, são apresentados praticamente sem nenhuma contradição ou heterogeneidades significativas.

Um outro aspecto importantíssimo na Geografia Política é a presença do *naturalismo* - como as condições naturais influenciaram a política territorial dos Estados. Diferente de outros sub-ramos da ciência geográfica, a geografia política incorporou *a seu modo* as determinantes naturais ao seu discurso. Na verdade, o Naturalismo se faz presente no berço da Geografia Política, e da própria Geografia em si. Essa influência foi marcante na Alemanha, em seu processo de unificação e de constituição como Estado Nacional, num modelo forte e centralizador. Ao mesmo tempo, o papel das *redes de circulação* vai se tornado fundamental em suas análises.

As determinantes naturais, associadas ao conceito de território, dentro dessa

² Id.,ibid., pag.17

especificidade dada à Geografia Política, apresenta o território, com suas características físicas intrínsecas, como sendo avaliado em suas potencialidades de penetração, organização e domínio – *um recurso geral para a política estatal*. Nesta linha de raciocínio COSTA(1992)³ apontou três aspectos:

1) As influências do meio natural e dos fatores físicos quanto à posição das fronteiras e dos territórios: relevo, conformação do terreno, clima, etc., em sua potencialidade geopolítica;

2) A tendência à *naturalização dos conceitos*, em que o Estado seria como um “organismo vivo”, por exemplo o seu “espaço-vital”, referente sobretudo ao aspecto físico de seu território;

3) O determinismo particular da Geografia Política, para a história dos Estados, em que traz à tona a capacidade dos diferentes Estados em construir a sua *unidade nacional interna* do ponto de vista da organização política do território, transformando isso em *poder de Estado*, capaz de projetar-se também externamente, visando uma pretensa hegemonia em relação aos outros Estados.

Assim, o mesmo autor utiliza o termo *determinismo territorial* denotando “*que teria por pressuposto não apenas o quadro natural e a dimensão absoluta do território, mas principalmente a relação entre potencialidades, isto é, espaço, posição, virtualidade e coesão organizada*”⁴

Os estudos geográfico-políticos apresentam ainda uma outra peculiaridade em relação aos demais sub-ramos da ciência geográfica, que é a da sua tendência de ir em direção à uma escala global, inseridos numa dada visão de conjunto, num equilíbrio de forças em escala macrorregional e planetária, cabendo aos seus autores possuírem informações abrangentes e recorrerem à uma cartografia própria, na busca de acompanhar os movimentos da política dos Estados e blocos de Estados na escala global.

Diante do que foi colocado, qual seria a relevância dos estudos em Geografia Política na atualidade? Se for pensado que seu objeto de estudos se restringiria somente às políticas nacional-estatais para o território, tendo o Estado central como único protagonista na gestão dos negócios territoriais, a tendência seria a do desaparecimento dos estudos geográfico-políticos, já que a realidade contemporânea apresentou e ainda passa por importantes mudanças:

Primeiro, uma certa distensão do equilíbrio paz-entendimento, em que os conflitos

³ Id.,ibid., pag.21

⁴ Id.,ibid., pag.21

locais ou globais tenderiam a ser solucionados por outros modos (não mais através da guerra, pura e simplesmente), valorizando-se canais diplomáticos, dando-se maior peso à persuasão do que à coerção; a constituição de mecanismos supranacionais de cooperação (a União Européia, a ONU, etc.); o abrandamento da “guerra fria”, com a redução de determinadas tensões militares-estratégicas; e ainda, uma relativa redução da importância do fator territorial como alvo explícito em conflitos localizados.

Em segundo lugar, citam-se as acentuadas modificações na relação entre a sociedade civil e o Estado, num contexto de solidificação das instituições e da prática democrática, em que as políticas praticadas (incluindo-se aí as políticas territoriais internas) têm resultado na disseminação de mecanismos de descentralização e fortalecimento do poder local-regional.

Por último, acrescentam-se as mudanças econômicas ocorridas em escala mundial, afetando as políticas internas e externas de cada nação, desnudando uma nova dimensão ao cenário global da política internacional. Trata-se da acelerada mundialização dos capitais e das novas tecnologias, relativizando e reduzindo, até drasticamente, o conteúdo puramente geopolítico das fronteiras entre as nações.

Retornando-se então, como ficaria o discurso e o objeto de estudos da Geografia Política nos dias atuais? Qual a relevância desse sub-ramo da ciência geográfica na contemporaneidade?

Houve uma acentuada queda dos estudos meramente geopolíticos da vertente tradicional, restritos aos meios especializados no ramo estratégico. Contudo, ao contrário do que se poderia inicialmente imaginar, o interesse pelos temas da Geografia Política tem aumentado, desde o final do século XX. Exemplos disso são as análises das novas relações internacionais; dos novos significados que as fronteiras e os territórios assumiriam hoje; e da descentralização como fenômeno típico atual, trazendo em seu bojo a questão federativa e a do poder regional e local. Tem-se com isso, uma “desestatização”⁵ do objeto de estudo na Geografia Política, centradas agora mais nas análises dos problemas relacionados à questão do *poder* – seu exercício e manifestações – na realidade atual. Como este poder se distribuiria e seria compartilhado entre as diferentes esferas (nacional, regional e local), bem como no seio da própria sociedade civil com a crescente territorialização das práticas sociais cotidianas, seria um dos desafios para a Geografia Política atual.

Aliás, essas transformações coincidem com uma maior aproximação da Geografia Política com outros ramos das ciências sociais, exigindo uma maior interdisciplinaridade. Quanto ao objeto teórico-metodológico da geografia política, partindo-se, de acordo com

⁵ Id., ibid., pag.23

COSTA(1992)⁶ do pressuposto de que há *processos sociais reais* dentro do quadro de relações entre a sociedade e o espaço ao longo do desenvolvimento histórico, o desafio seria o de submeter a evolução do pensamento em Geografia Política à indagação crítica se as suas teorias foram, são ou serão capazes de apreender os fatos da relação espaço/poder como processos sociais. Ou seja, que *toda sociedade valoriza o seu espaço ao seu modo – definindo formas particulares e peculiares de relações com seu espaço de vivência e produção.*⁷

Conclui-se que toda sociedade, delimitando o seu espaço de vivência e produção, delimita também um *espaço político*, uma *projeção territorializada* das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. Quanto maior for a complexidade de organização social e política, sistemas formais de poder mais desenvolvidos estruturarão as diferentes sociedades, tornando tais relações mais *explícitas* e aumentando a *nitidez do poder político*. A relação espaço/poder seria então a relação social por excelência. A Geografia Política de hoje teria que se pautar então num tripé: **1)** o *espaço* (geográfico, em especial o conceito de território); **2)** o *poder* (trazendo aí também o componente territorial, político, estatal, da descentralização..., conforme o caso); **3)** e a *sociedade*, não mais como uma categoria passiva, mas sendo um dos protagonistas (não o único) das modernas relações entre espaço/poder.

1.1.2- Clássicos do pensamento geopolítico brasileiro: De Backheuser a Golbery (das décadas de 1930 até a de 1970)

Ainda em seu trabalho, COSTA (1992) dedica dentro do seu capítulo sobre a Geopolítica no continente americano, um sub-tópico intitulado *Geografia Militar e Geopolítica no Brasil*, abarcando quase 50 páginas (pag 183 à pag.229). Ao examinar a evolução dos estudos que abordaram de forma explícita o amplo campo de relações entre a política e o território, ele constatou que a opção preferencial da esmagadora maioria de seus autores foi pela *Geopolítica* – aquela formulada por *Kjellen* e desenvolvida por *Haushofer* – em que conhecimentos “geográficos” foram manipulados em prol de esquemas que interessassem às políticas de poder. A “geopolítica brasileira”, ao contrário do que ocorreu nos países do hemisfério Norte, não foi produto de uma clássica adaptação da Geografia Política (teórica e

⁶ Id., ibid., pag.24

⁷ MORAES, Antônio Carlos R. e COSTA, Wanderley M., *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1984, in: COSTA, Wanderley M. - *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.24.

sistemática) á forma aplicada aos períodos de guerra, por exemplo. Nem mesmo teria ocorrido sua brusca transformação em Geopolítica – um campo mais próximo da Ciência Política e relativamente autônomo – como foi na Alemanha (o “círculo de Munique”). No Brasil, na Argentina, no Chile, e em outros países da América Latina, a Geopolítica foi integralmente “copiada” de fora, tentando-se meramente “importar” algo originado da Europa e querer aplicá-lo ao caso latino-americano sem se fazer praticamente nenhuma ressalva. Através de operações engenhosas, manipulações e até dissimulações, nossos geopolíticos se apropriaram de clássicos estrangeiros (como *Ratzel* e *Mackinder*), adaptando-os a uma outra realidade, bem distinta da européia.

Um segundo aspecto dessa geopolítica é que, de acordo com *COSTA(1992)*, ela representa um *inegável atraso cultural, teórico e técnico*⁸. No Brasil, os estudos geopolíticos sempre tiveram a *hegemonia* do pensamento militar e das suas instituições. Não houve em nosso país um pensamento em Geopolítica, nem em Geografia Política, produto de uma reflexão acadêmica e universitária. O mesmo autor aponta que, em geral, trata-se de adaptações, frequentemente diretas e até “grosseiras”, do que foi produzido em outros centros. Mas, sob ângulo oposto, *se o interesse for o de examinar justamente o modo pelo qual essas adaptações tornaram-se instrumentos de análises e “fórmulas” que interessavam à “realidade geopolítica” do país, ou mesmo a sua operacionalização em ideologias e políticas, então justificam-se estudos até mesmo exaustivos sobre o pensamento geopolítico brasileiro.*⁹

Ao longo do tempo, quase sempre a comunidade geográfica manteve-se afastada da Geografia Política e, mais ainda, da Geopolítica, até pouco tempo atrás. Isso ocorreu tanto no Brasil, como no exterior já que, principalmente a Geopolítica, acabou identificada à uma *pseudociência*, uma *ideologia*, um *falso-conhecimento*, levando os geógrafos a se manterem em silêncio e se omitirem diante de tal “manipulação” dos conhecimentos geográficos em prol de ideologias e de condicionantes políticas. No caso específico brasileiro, a geopolítica nacional destinou-se à chamada “*guerra interna*” (conforme a colocação de vários analistas), tendo por base a nossa *particular história política*, desde a colônia até ao período republicano.

Um outro fato a se destacar é que não foram os geógrafos que produziram a

⁸ COSTA, Wanderley M. - *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.186.

⁹ Id.,ibid., pags.186 e 187

geopolítica brasileira (diferentemente do que ocorreu no exterior), e nem serão eles os principais atores a fazer comentários posteriores com relação à geopolítica nacional. COSTA (1992), destaca duas figuras da Ciência Política: Shiguenoli Miyamoto e Leonel I. A. Mello: os quais produziram as primeiras análises críticas, de forma exaustiva, do pensamento geopolítico nacional.

Miyamoto, em seu trabalho, aponta características em comum entre as principais obras de geopolíticos brasileiros: a) a absorção imediata das idéias geopolíticas que se desenvolviam na Europa; b) a ênfase naquelas teorias que privilegiam a necessidade do nacional-territorial; c) no ambiente ideológico interno, a transposição para as fórmulas geopolíticas, das principais idéias do conservadorismo nacional, nas suas piores feições (anti-republicanas, antidemocráticas e antifederativas) exemplificadas em Alberto Torres e Oliveira Viana; d) a flagrante predominância dos militares no campo dos estudos geopolíticos. Miyamoto, ao analisar a conjuntura política nas décadas de 1920 e 1930, destaca a veemente defesa da centralização do poder político na gestão territorial:

“As discussões sobre a centralização ou descentralização do poder, as suas vantagens e inconveniências, eram o tema do debate naqueles anos. A situação político-administrativa instável pela qual passava o país tinha um responsável: a República. Era esta, aos olhos dos defensores do sistema unitário, a culpada, pois sob ela se deu a autonomia dos estados. Tais críticas, que vinham desde o início da história republicana, fundamentavam-se no fato de que o Brasil simplesmente havia imitado o regime federativo vigente nos Estados Unidos da América. Esse regime, diziam eles, era praticável lá no hemisfério norte, mas o mesmo não se podia dizer dele aplicado aqui. Além disso, argumentavam, o país sempre soube conduzir-se muito bem sob o poder central da coroa imperial dentro do regime unitário” (MIYAMOTO, S. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980)*. Op.cit, pag 56, in COSTA. *Geografia Política e Geopolítica*, 1992, pag.189)

Tanto S. Miyamoto como L. Mello procuraram distinguir a Geografia Política da Geopolítica, identificando esta última como a que foi desenvolvida no país. O argumento de ambos para essa distinção é o do *deslocamento* desse campo de estudos da *Geografia para a Ciência Política*, que teria sido proposto por Kjéllen.

Num processo similar ao ocorrido na Prússia, em que os militares e a elite civil se apropriaram de conhecimentos gerados pela Geografia, convertendo-a numa *Geografia Política “aplicada” ou “militar”* (uma “*geografia geopolítica*”), no Brasil, desde a década de 1920, também se procurou aproximar esse campo de estudos do centro do poder político gerador de um pensamento estratégico nacional (tanto para o plano interno como para o externo), mais especificamente com os núcleos militares da “reflexão estratégica”. O que podemos chamar de “geografia militar” atingiu um notável prestígio, especialmente durante o “Estado Novo” (1937-

1945), extrapolando os muros do ensino militar e sendo base para reflexões políticas acerca do desenvolvimento nacional. Os círculos das elites militar e conservadora brasileiros tiveram na geografia um *excelente instrumento prático e teórico* para parte substantiva de suas justificações “científicas” a respeito dos “problemas nacionais”.

COSTA (1992), em sua análise, procura explicitar o que seriam as fronteiras entre a *Geografia* e a *Política*, expressos pelos círculos de poder à frente (ou próximos) do Estado brasileiro no período. O pensamento conservador brasileiro, desde a Colônia, passando pelo Império e, de certo modo, até os dias atuais, sempre apresentou a tendência de expressar o conceito de *nação* articulado ao de *território*, confundindo-se assim a ideia de *unidade nacional* com a de *integridade territorial*. Por isso, para o mesmo autor, *a Geopolítica sempre foi um autêntico produto da Geografia*.

A problemática da *coesão interna*, exaustivamente debatido em Geografia Política, desde Ratzel, e escolhida pelos geopolíticos como um dos principais alvos da ação dos Estados em geral, apresenta particularidades no Brasil: a imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias regionais e locais, representaram, desde a formação do Estado nacional, em 1822, um quadro muito distante do federalismo clássico (do exemplo norte-americano) e mais próximo de um conjunto unitário, nacionalmente desarticulado.

Esse seria o cenário, para as idéias de *integração nacional* que, sob vários prismas, marcaram o *discurso político-territorial* de muitos setores do poder estatal ou próximos deste. Um alicerce fundamental para a elaboração de políticas correlatas a esse cenário foi encontrado nas próprias formulações técnico-científicas da Geografia. Nesse sentido proliferaram as “coincidências” entre a concepção geográfica do país (dada pelos geopolíticos) e o discurso oficial proferido a partir da Revolução de 1930, e, em especial, do Estado Novo após 1937, período autoritário em que ocorre a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Verdadeiramente o Estado brasileiro passava a dispor de um instrumento para efetivar uma ação modernizadora em um novo tipo de *gestão territorial* – permeado pela ideia da *unidade nacional* e da *integração territorial*.

O desenvolvimento dos estudos geográficos, combinado com esse tipo de “ideologia nacional”, é que resultaria no que foi rotulado de pensamento “geopolítico brasileiro”. Um dos mais destacados pioneiros nessa área foi *Everardo Backheuser*, autor de vários ensaios no gênero, cujas principais obras datam das décadas de 1920 e 1930. Anti-republicano e antifederalista, ele defendia uma intransigente manutenção e solidificação da “unidade nacional”, a fim de evitar os separatismos. Geólogo de formação, Backheuser seguiu pela geografia física, antropogeografia, até chegar ao componente político da geografia, na sua faceta

geopolítica. De acordo com *COSTA(1992)*, sua principal influência veio da vertente geográfica alemã, elaborando uma ideologia conservadora para o problema brasileiro, chegando a sugerir uma “seleção” dos imigrantes estrangeiros, para o “branqueamento” da raça brasileira. Ele critica veementemente a transposição do federalismo norte-americano para o caso brasileiro; elogia a unidade alemã e o “pan-germanismo”; destaca a “superioridade dos paulistas e sulistas” em relação às outras regiões; e defende a transferência da capital federal para o planalto goiano. Sem dúvida nenhuma, era uma posição extremamente conservadora e, ao mesmo tempo, inconsistente em suas “bases científicas” para tais discursos.

A redivisão territorial e a nova localização da capital, também fazem parte da proposta geopolítica de Bachheuser, para se evitar uma desagregação político territorial do país. Ele estabeleceu o “princípio da equipotência”, quanto à área, situação, população, eficiência econômica e política das unidades; e uma fórmula “anti-regional”, em que o componente político-estatal unitarista estaria acima da divisão regional e do povoamento “espontâneo” do território. Chegou-se então à uma proposta de redivisão com 64 “unidades fundamentais”, em 16 estados e 6 territórios. Era o *dividir para centralizar*¹⁰

No tocante à transferência da capital, ele a vê como um mecanismo vital para a consolidação do todo nacional-territorial. Defendendo a centralidade da nova capital, ele argumenta com os desafios da integração interna e da defesa estratégica no plano externo, em consonância com os segmentos militares do período. Seria a possibilidade de se conquistar o “heartland” brasileiro, com a nova capital, num discurso não inédito, já que José Bonifácio também defendeu a mudança da capital para o Planalto Central, nos tempos do Império.

Outro autor, no campo da geopolítica brasileira, de inspiração militar e voltado à problemática da unidade nacional, foi o Brigadeiro *Lysias A. Rodrigues*, já na década de 1940. Para ele, um aspecto fundamental na busca da unidade nacional (busca esta que vinha desde o Brasil-Colônia), são as *redes de circulação*. Ele aponta que, após a proclamação da República, as tendências desagregadoras advindas da autonomia dos estados e do municipalismo ganharam força. Para ele, a Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, a partir de 1937, seriam as condições ideais para a centralização que, de fato, ocorreu, e que ele defendia. O Estado brasileiro, forte e centralizador, teria assumido de vez a direção do todo nacional-territorial.

Lysias Rodrigues também propôs a redivisão territorial do país a partir de critérios, obviamente, definidos pelo poder central, neutralizando regionalismos e até condicionantes históricas, em nome da unidade nacional. Sua proposta está assentada na criação de territórios federais a partir do Mato Grosso, Amazonas e Pará e na transferência da capital federal para o

¹⁰ Id., *ibid.*, pag.198

Triângulo Mineiro, por estar melhor servida por redes de circulação.

Realmente, o caráter centralizador do regime de 1937 fez com que a política e a vida nacionais gravitassem em torno do governo central, através da forma do Executivo, personificado na pessoa do ditador Getúlio Vargas. Buscava-se a *unidade nacional* de “alto para baixo” – do “centro” para as “partes”. As oligarquias regionais, estaduais e locais não deixaram de existir, mas foram cooptadas pelo poder central através de favores e fisiologismos (COSTA, 2000). O Estado Nacional brasileiro se moderniza e, ao mesmo tempo, se centraliza, trazendo a noção do *planejamento* para seu bojo. Restringindo-se às questões territoriais, cita-se novamente o IBGE.

O Estado Novo (1937-1945), fundamentado juridicamente na Constituição de 1937, apresentou preocupações de natureza geopolítica, e aqui salientam-se:

- A “Marcha para o Oeste”, com programas de colonização no Mato Grosso e em Goiás;
- A criação de cinco territórios federais – *Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu* (sendo estes dois últimos extintos em 1946) – buscando-se uma maior segurança às fronteiras e fomentar o povoamento nessas áreas. O sentimento nacionalista do Estado Novo, potencializado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), procurou sufocar o sentimentos regionalistas e nativistas dos estados.

O fim do Estado Novo, em 1945, e a promulgação da Constituição de 1946, restauraram, em parte, a autonomia dos estados. Todavia as disparidades de desenvolvimento econômico existentes entre as unidades mais ricas e as mais pobres, fortemente dependentes do governo central, inviabilizavam, e muito, o sistema federativo brasileiro. As questões econômicas, como o controle da exploração do petróleo, a reforma agrária, etc., protagonizaram as discussões do chamado Período Democrático (1946-1964).

Segundo ANDRADE & ANDRADE(1999), é bom salientar que, apesar da política dos governadores ter sido eliminada formalmente, eles ainda tem o seu espaço de manobra até hoje. A força dos grandes proprietários de terra ainda mantém a sua influência política elegendo vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e senadores, apresentando maior ou menor influência junto ao poder central, conforme o seu estado de origem. Daí a razão de, até hoje, o Brasil não ter realizado uma reforma agrária em larga escala. A terra sempre foi um instrumento de poder, e isso tem possibilitado a sobrevivência dos poderes locais e regionais das oligarquias de nosso país, concomitantemente a esse verdadeiro “*movimento pendular*” do federalismo brasileiro – ora centralizador, ora descentralizador.

Saindo-se um pouco das questões inerentes ao espaço interno do Brasil e focando-se as *projeções externas do poder nacional*, um pioneiro nesses estudos foi o General Mário

Travassos, cuja obra mais conhecida é datada de 1931. Ele também derivou a sua geopolítica da Geografia Política, interessando-lhe primordialmente a posição brasileira na América do Sul, e a presença e influência exercidas pela Argentina. Na sua análise, ele apontou dois antagonismos principais, de natureza geográfica e com resultantes geopolíticos, no continente sul-americano: a) Atlântico x Pacífico; b) Prata x Amazonas. Daí os desdobramentos das políticas de expansão das áreas de influência de dois dos seus principais Estados, o Brasil e a Argentina, numa disputa hegemônica. No caso argentino, a política de comunicações platina voltou-se à montante do Prata, estendendo suas influências até o Pacífico e aos limites da Bacia Amazônica, estabelecendo-se uma ligação terrestre (ferroviária) de Buenos Aires até La Paz. Mário Travassos se preocupa com a Bolívia, pois esta seria uma “zona de transição entre os dois antagonismos”, garantindo à Argentina o controle do “heartland” sul-americano, inibindo a influência brasileira ali.

MELLO (1987), in COSTA(1992), comenta o seguinte sobre o trabalho de Travassos:

*“No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu a influência determinante de Mackinder, com sua teoria sobre o poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área-chave com importância análoga à do “heartland” euroasiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico sulamericano.”*¹¹

Travassos propõe a plena utilização, pelo Brasil, das potencialidades das vias fluviais amazônicas para uma rede de circulação que articulasse esse “heartland” boliviano à costa atlântica brasileira (a partir do rio Madeira), apoiada pela ferrovia Madeira-Mamoré, opondo-se a “espontaneidade viária da Amazônia” ao “artificialismo da atração ferroviária platina”, como algo que inegavelmente, de uma forma “predestinada”, num “destino geopolítico”, penderia a favor da vertente atlântica e, obviamente, para o Brasil.

Assim como Lysias Rodrigues, Travassos deu especial atenção às vias de circulação (terrestres, principalmente), mas com foco no plano externo, e não na questão da integração interna inicialmente. Citam-se a ligação entre Santa Cruz de La Sierra e o porto de Santos (a ferrovia Noroeste do Brasil), a Madeira-Mamoré, as pontes Brasil-Paraguai e as transcontinentais seguindo o sentido dos paralelos. E a partir de Santa Cruz, a melhoria das vias navegáveis amazônicas – daí, Travassos adentra na integração nacional, sendo esta direcionada ao oeste. Ele derivou seu projeto geopolítico a partir da *repercussão externa*, subordinando à primeira, o movimento de *integração interna*. Isso foi materializado com descrições das

¹¹ Id.,ibid., pag.204

condições geográficas primárias – primeiro da América do Sul – para depois tratar do território brasileiro.

Finalmente, dentre os autores “clássicos” da Geopolítica brasileira, temos o general *Golbery do Couto e Silva*. Ele, a princípio, se apresenta com essa linha de pensamento “geomilitar” brasileiro, iniciada por Backhauser, e aprofundada por Travassos, ou seja, considera a política, território e projeção externa nacionais, como questões a serem resolvidas sob o ponto de vista do pensamento e estratégia de inspiração militar. Assim, o seu pensamento é conservador e autoritário, filiado a concepções típicas de parte importante da elite civil e militar no poder desde o Império e, mais diretamente, desde os primeiros tempos da República. Para esta elite, a questão nacional estava antes de tudo permeada por um Estado forte, centralizado e capaz de realizar as “aspirações nacionais”. Golbery foi influenciado pelos clássicos - Ratzel e Mackinder - e seus conceitos de espaço, posição, circulação, “heartland”, etc., foram largamente utilizados para análises sobre o território brasileiro e suas projeções para o exterior. Mas, por outro lado, há novidades em seu pensamento, que se não caracterizam uma ruptura com o tradicional, pelo menos indicam uma sofisticação da análise, saindo dos vícios anteriores marcados pelo esquematismo excessivo. Também há em Golbery um maior ecletismo nas suas análises já que sintetiza autores distintos, como Ratzel, de um lado, e Hartshorne, de outro lado.

Por conta da situação mundial do pós 2ª Guerra, tendo-se a presença hegemônica dos EUA na ordem bipolar então constituída, marcada pela tensão leste-oeste da “Guerra Fria” (em especial nas décadas de 1950 e 1960), o general Golbery recebeu forte influência de autores norte-americanos, especialmente *Spykman*. Sabedor de que o Brasil era peça importante na defesa estratégica da América do Sul, contra a ameaça comunista soviética, Golbery se colocou como interlocutor local de Spykman, numa resposta aos apelos do geopolítico norte-americano (em 1942), para quem o Brasil e os demais países sul-americanos deveriam assumir regionalmente as tarefas de defesa estratégicas do “Novo Mundo”.

Dentro de todo esse contexto, Golbery lançou uma *doutrina de segurança nacional*, alicerce fundamental do regime militar implantado no Brasil, em 1964, e, em sequência traçou uma estratégia política global a ser percorrida pelo país. Conforme ele diz, em 1952, in: *COSTA (1992): “Resulta daí haver o conceito de Segurança Nacional, entendido – é claro – na sua mais ampla e ativa acepção, permeando aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando, não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz”*.¹²

¹² COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, 3ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1981. Pag.23. in: *COSTA, Wanderley M. Geografia Política e*

O conceito geral de Segurança Nacional contribuiu para moldar uma “consciência nacional” em torno de “objetivos permanentes”, consistindo numa estratégia nacional de longo prazo, para além das conjunturas políticas.

A sua análise geopolítica do território brasileiro não apresenta nenhum ineditismo, pois é tratado como um imenso espaço desigualmente ocupado e com integração incompleta, carente em comunicações, constituindo-se numa estrutura em “arquipélago”. O detalhe a destacar é que a estratégia para se atingir tal integração é diferente. Partindo de uma *regionalização geopolítica* que define um *núcleo central* constituído pelo “coração do país” (o eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte); mais três “penínsulas” (Nordeste, Centro-Oeste e Sul); e uma enorme “ilha” (a Amazônia), propõe um plano de integração ou articulação interna, onde o polo dinâmico desse “coração nacional” se irradia para as demais regiões, através dos “istmos” de circulação (vias de comunicação) para as três “penínsulas”. Nesta estratégia, a integração do território nacional se daria em três fases sucessivas: “1º- articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º- impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central- a atual região nuclear do país-, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; e 3º- inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste, segundo o eixo do grande rio.”¹³

No tocante à projeção geopolítica do país, Golbery defende o alinhamento brasileiro à estratégia de defesa do Ocidente sob o comando dos EUA. O famoso “promontório nordestino” seria um dos vértices do “triângulo estratégico do Atlântico” de Spykman, constituindo-se em parte fundamental dessa estratégia global, que só se tornaria viável com um acordo explícito de cooperação militar entre o Brasil e os EUA. A posição privilegiada do Brasil no Atlântico Sul seria também um “trunfo” para a obtenção de vantagens pelo Brasil em tais acordos e negociações.

Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.208.

¹³ Id.,ibid., pag.47. in: COSTA, Wanderley M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. Pag.66

No plano interno, o autor recomendou o “tamponamento eficaz” das vias de penetração nas fronteiras a noroeste, mesmo que não houvessem ali ameaças concretas por parte dos países vizinhos amazônicos. As finalidades desse tamponamento seriam: a inviolabilidade daquelas fronteiras; e a consolidação de uma base para uma futura ocupação da Amazônia.

No plano externo, para fazer frente à estratégia de avanço argentino no “heartland” sul-americano de Travassos (no caso, a Bolívia), Golbery sugeriu a “dinamização do ecúmeno nacional”, em especial no Centro-Oeste (no Mato Grosso), onde a estratégia brasileira poderia se contrapor à influência portenha. Mas a grande preocupação de Golbery nesse âmbito é o Uruguai – meio brasileiro e meio platino – por se tratar de uma “fronteira viva” e também “tensa”.

No ensaio publicado em 1959, Golbery se mostra muito satisfeito pelas mudanças do quadro econômico – de uma estrutura agrária para uma estrutura industrial – e pelas mudanças políticas que vinham ocorrendo a nível das instituições e da modernização da sociedade. Nesse quadro favorável, ele chega a propor a defesa da democracia:

“ *Um estilo de vida democrático, com bases cada vez mais amplas na participação efetiva e consciente do povo; e a garantia das liberdades regionais (sentido federativo) e da autonomia local (municipalismo).*”¹⁴ Tal proposição - considerando-se os momentos anteriores da geopolítica nacional, marcados pelo autoritarismo e conservadorismo – chega a se constituir num verdadeiro paradoxo no pensamento geopolítico brasileiro. Não que Golbery tenha sido inovador e liberal (em vários aspectos ele não o foi, e esteve bastante próximo às concepções dos autores anteriores, até porque tal visão se restringe, sobretudo, ao período JK) mas esse alinhamento interno, como assinala COSTA(1992), vai de encontro ao ambiente desenvolvimentista e democrático no governo do presidente Juscelino. E, no aspecto externo, à defesa da democracia ocidental, da justiça social e da moral cristã, em contraposição à ideologia comunista. Ao defender o *federalismo*, é bom lembrar que Golbery sofreu substancial influência de geógrafos políticos e geopolíticos norte-americanos, sendo os EUA o “berço” do federalismo moderno.

Dentro do cenário do final da década de 1950, Golbery atualizou a sua “regionalização geopolítica”, apontando os progressos das comunicações, o alargamento do

¹⁴ COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, 3ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1981. Pag.74. in: COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.211.

“núcleo central” e as primeiras vias de penetração para articular pontos distantes do nosso território (tanto no sentido norte-sul, como leste-oeste). Nesse alargamento do “núcleo central”, ele reconheceu um “bloco metropolitano”, mais as “áreas metropolitanas” e as “frentes pioneiras”. Assim sendo, o *nucleamento básico* passou a se referir basicamente à atual região Sudeste, coincidindo em grande parte com as regiões industriais e agrícolas mais desenvolvidas do país. Um segundo “núcleo” ou “heartland” seria o Centro-Oeste, em especial a cidade de Brasília.

Nessa reformulação, a Geopolítica vincularia-se à política nacional (integração e valorização territoriais), enquanto a estratégia de segurança nacional estaria associada à geoestratégia (a posição brasileira frente às relações internacionais). Tal geoestratégia seria de “contenção” e se relaciona aos focos de instabilidade existentes na América do Sul, cabendo ao Brasil um papel vital na defesa do hemisfério ocidental, não explicitamente um “Brasil-Potência”, mas de forma implícita buscava-se uma projeção nacional tanto interna, como externa.

*“Geopolítica e Geoestratégia de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da Civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo subdesenvolvido do continente e de além-mar e ao mesmo passo de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura.”*¹⁵

Sofisticando a análise geopolítica brasileira como instrumento político, militar e territorial, também defendeu explicitamente o alinhamento automático aos EUA e ao bloco ocidental-capitalista. Como figura-chave do regime militar instaurado em 1964, ele vinculou seu pensamento geopolítico com “objetivos permanentes” a serem perseguidos dentro de uma “doutrina de segurança nacional”. Membro destacado do pensamento e do núcleo de poder militares, próximo ao Estado ou dentro de seu aparelho, o seu ponto de partida foi a *política de poder*. Golbery repetiu a característica primeira da geopolítica brasileira – um instrumento a serviço de uma dada concepção de poder político que submete os assuntos territoriais-nacionais e de segurança nacional à órbita exclusiva do Estado, em especial do setor militar desse Estado.

A chamada *geopolítica dos generais* se manteve na década de 1970, mas como assinala Miyamoto, muitos dos temas geopolíticos foram absorvidos pelos estudos

¹⁵ Id., ibid., pag.171. in: COSTA, Wanderley M. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1992, pag.214.

desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), desde os anos 50. As publicações da ESG ficaram focadas no binômio “segurança e desenvolvimento”, cujos aspectos mais importantes foram sintetizados primeiramente por Golbery. Após o golpe de 1964, muitas dessas concepções geopolíticas passaram a constituir o discurso e a prática do Estado em sucessivos governos, como assinalou Miyamoto (in:MYIAMOTO, S. *O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1984)*. Op.cit, pag 130-131, in: COSTA. *Geografia Política e Geopolítica*, 1992, pag.215):

“Vê-se dessa forma, que a função da ESG, além de ser um centro de estudos onde se abordam os problemas nacionais, internacionais e militares, conforme se pode comprovar pelo documento de Sardemberg (1971), consubstancia-se na formação de uma elite que procurava uma oportunidade para alçar-se ao poder...na verdade foi conscientemente preparada e dotada com uma doutrina de segurança nacional, para exercer efetivamente a posse do aparelho de Estado, conseguindo o seu objetivo em 1964, quando atinge o seu período máximo de influência”

Assim, a Geopolítica dos anos 1970 assume um discurso triunfalista – a ideia do *Brasil-Potência*- bem adequado àquele período de endurecimento do aparato repressivo do regime militar, somado aos reveses das guerrilhas e ao grande crescimento econômico do início daquela década. O maior expoente dessa fase foi o General *Meira Mattos*, cujos principais trabalhos se situam entre os anos de 1975 a 1980. Ele quase nada trouxe de novo, em relação à velha geopolítica desenvolvida desde a década de 1930, ao formular suas teses sobre unidade interna e projeção externa. Ele segue Golbery no concernente de que a geopolítica deveria ser o âmbito maior da doutrina de segurança nacional da ESG. Dentro desta mesma influência, Meira Mattos concebe um conceito de “potência mundial” assentado em fatores territoriais, populacionais, capacidade tecnológica, etc., chegando à conclusão de que o Brasil poderia se tornar uma das grandes potências do mundo. O nosso país estaria predestinado a tal missão com a combinação entre “democracia e autoridade, no processo de ocupação e valorização do território, na capacitação industrial e tecnológica, etc. E no campo externo, Mattos defende a modernização das Forças Armadas e um potencial militar com capacidade de “dissuação”.

O grande problema das teses de Meira Mattos é que elas não deixam de ser mera reprodução da velha tradição geopolítica brasileira - evocando Alberto Torres e Oliveira Viana, combinando “democracia com uma certa dose de autoritarismo” - pressupondo um poder exercido por uma elite nacional *auto-investida* na direção do Estado, com a “missão” de enfrentar os enormes desafios de um grandioso país que estaria predestinado a ser uma potência mundial. Ele incorpora explicitamente a sua satisfação com o que já havia sido realizado pelo regime de 1964 até ali, em especial o Plano de Integração Nacional, através da abertura de

rodovias de longo curso ao longo dos sentidos dos paralelos e dos meridianos, e ainda articulando o território nacional para a exploração dos recursos naturais amazônicos. Na sua obra de 1980, ele elogia as “políticas de desenvolvimento” amazônicas, realizadas durante o governo Médici (1969-1974) como o Plano de Integração Nacional; e durante o governo Geisel, como o Programa Polamazônia) – ressaltando a *teoria da polarização* de F. Perroux para os projetos de ocupação amazônica, exemplificados através dos polos agroindustriais e minerometalúrgicos articulados á rede rodoviária.

Para ele também a idéia “pan-amazônica” estava se tornando realidade, graças a essas políticas governamentais que possibilitariam a cooperação com os países vizinhos da Bacia Amazônica, sob a liderança brasileira (cita-se aqui a assinatura do tratado de Cooperação Amazônica, de 1978), possibilitando ao Brasil o papel principal num projeto sul-americano vislumbrado a partir do desenvolvimento amazônico, sem a interferência externa dos EUA e da Europa. Retomava-se a antiga tese da ocupação do “heartland” da América do Sul, com o Brasil criando “polos de irradiação fronteiriços”, concretizando a influência nacional sobre os países vizinhos amazônicos, similar ao “tamponamento eficaz das fronteiras ocidentais”, de Travassos, em 1931. Por fim, Mattos acreditava que o “Brasil-Potência” seria algo “inevitável”, lá pelos idos do ano 2000, assim também pensou a estratégia de segurança em escala global para o nosso país através de seu protagonismo no Atlântico Sul.

1.2 - FLH 5758: O Estado Autoritário Brasileiro Pós 64. A Imprensa e os Instrumentais de Repressão.

Esta foi a 2ª disciplina cursada na Pós-Graduação, durante o 1º semestre de 2013. Foi ministrada pela professora do Departamento de História, *Dra. Maria Aparecida de Aquino*. A avaliação consistiu na apresentação de seminários, sendo que o meu grupo tratou sobre a vida de Carlos Mariguella. Houve debates de dois em dois estudantes apresentando e comentando sobre seus próprios projetos de pesquisa e o do colega e, finalizou-se com um artigo final relacionando o que a referida disciplina trouxe de contribuição ao projeto de pesquisa apresentado.

Algo que me chamou a atenção durante esse período do curso foram alguns dos personagens da época: o próprio Mariguella, Fernando Gabeira, etc., permitindo vislumbrar as percepções, visões, conclusões e ideais de determinadas figuras da época, inclusive também de alguns dos militares que fizeram parte ativa do regime. Também o cenário imediatamente anterior ao golpe, o conceito de populismo, a radicalização tanto das forças políticas da direita, como as da esquerda, as reais possibilidades de, talvez, ter ocorrido um desfecho com resultado diferente de um regime autoritário. As diferentes visões e interpretações de diversos autores sobre o golpe de 31 de março, no tocante à que grupo(s) social(is) tiveram maior peso na vitória dos golpistas de direita: os militares como um ator social específico; as forças políticas mais conservadoras; a burguesia nacional; os interesses do capitalismo monopolista internacional em um cenário internacional marcado pela bipolarização da Guerra Fria; um eventual “descuido” das forças militares favoráveis à Jango; uma “superestimação” das esquerdas quanto às suas reais possibilidades de ascensão política no governo Jango e de atingir seus objetivos ficando desatentos à uma mobilização golpista da direita em curso; enfim, é um debate que existe até hoje e que estará em alta, neste ano de 2014, quando se completam 50 anos do golpe que solaparia o período democrático anterior. Também o questionamento de até que ponto os favoráveis ao movimento militar estavam articulados, ou até que patamar houve de “improviso” no movimento de 31 de março.

Um dos capítulos do trabalho final em andamento é sobre o Golpe de 1964. Pretende-se aprofundar este momento histórico brasileiro, hoje tão em evidência, por conta do motivo acima especificado. Para tanto será largamente utilizado o trabalho de

Carlos Fico – “*Além do Golpe*”, de 2004. Nesta obra, o autor menciona as diferentes visões, análises e interpretações sobre o fato, citando-se jornalistas, cientistas políticos, sociólogos, historiadores, etc., que trataram o tema. Ele analisa o papel da historiografia; da memorialística de entrevistados; da academia e intelectualidade universitárias; da narrativa e descritiva históricas; do marxismo; entre outros - ao tentar decifrar e esclarecer os episódios de março/abril de 1964. Diversos autores foram citados dentro do trabalho de Carlos Fico: *Thomas Skidmore, Alfred Stepan, Jacob Gorender, René Armand Dreifuss, Daniel Aarão Reis Filho, Gláucio Ary Dillon Soares, Wanderley Guilherme dos Santos, Maria Celina D’Araújo, Argelina Cheibub Figueiredo, Élio Gaspari...*, procurando-se entender e compreender o papel dos diversos atores sociais e conjunturas da época: a corporação militar; os grupos ligados ao interesses multinacionais e associados; a burguesia nacional; alguns entraves do período institucional anterior à 1964 que podem ter influenciado nas regras do jogo político da época; o contexto fortíssimo da Guerra Fria com a “paranoia” anti-comunista; o conservadorismo também da classe média; as reais possibilidades das esquerdas; enfim, se um ou mais desses atores, junto à determinadas conjunturas, foram decisivos para a consumação do golpe.

Considerando-se o projeto apresentado na seleção para o ingresso na Pós-Graduação em Geografia Humana, aqui é retomado que o Estado Brasileiro, obviamente a sua esfera federal, já rumava em direção à ocupação dos espaços vagos do território nacional e isso ganharia maior impulso a partir do Estado Novo, marcada pela ditadura de Getúlio Vargas que se estendeu de 1937 a 1945 e se constituiu no alicerce do que foi chamada de *modernização centralizadora* (COSTA, 2000); ou de *modernização conservadora* (BECKER e EGLER, 1998). No Brasil, esse processo, segundo diferentes autores, estaria já presente na garantia da integridade territorial da antiga colônia portuguesa, que manteve os seus limites, e não se estilhaçou numa multiplicidade de repúblicas como na América hispânica. Na realidade, ao voltar a mencionar e repetir a modernização conservadora/centralizadora salienta-se que o regime militar não teria, sob esse aspecto, rompido radicalmente o processo de modernização e centralização do Estado, mas reforçado isso com a enorme concentração do poder pelo Estado por via autoritária, nas mãos do governo federal, em detrimento das esferas estadual e municipal. Assim teria havido uma estranha sequência e uma certa lógica, em todo esse processo, desde a Era Vargas (1930-1945), passando pelo governo JK e o Plano de Metas, até o regime autoritário de 31 de março de 1964. Digo “estranha” porque com todas as mudanças político-institucionais que ocorreram entre 1930 e 1964 (isso sem falar

das cisões que existiram dentro das próprias Forças Armadas, durante o regime militar de 64), houve tal “continuidade” não só na modernização do Estado brasileiro mas na sua inserção no capitalismo internacional. *Gorender in: FICO (2004)*, também fez uso do termo “modernização conservadora” como uma opção que se conjugou à conspiração golpista, ao se referir aos interesses do núcleo burguês industrializante e aos setores vinculados ao capital estrangeiro como um contraponto às “reformas de base” de João Goulart. Por isso o conceito de modernização conservadora/centralizadora será essencial na tese a ser desenvolvida e retomada mais adiante neste relatório.

Na sequência vem mais considerações sobre a importância desse momento da Pós-Graduação, para a tese de mestrado, com grande parte do que foi o trabalho final da disciplina cursada.

1.2.1 – As aulas

No que se refere às aulas, a primeira fala da professora Maria Aparecida de Aquino que me chamou a atenção ocorre logo na sexta-feira da apresentação do programa. O conceito de *Estado autoritário* diferencia-se do conceito tradicional de *ditadura*. No Brasil, o fato de ter ocorrido a troca de generais-presidentes - com mandatos às vezes pré-estabelecidos - não sendo um governo de uma pessoa só (como no Estado Novo com Getúlio Vargas; ou na mesma época, o governo de Pinochet no Chile); a existência de dois partidos políticos: a ARENA e o MDB; um Legislativo federal que na maior parte do período esteve funcionando; a presença de eleições para o Congresso; etc... apontaria, não para uma ditadura, mas sim para um modelo de Estado autoritário, fortemente militar, dando uma peculiaridade ao Brasil, com relação aos seus próprios vizinhos sul-americanos. Claro que o bipartidarismo da época era algo artificial, fruto da dizimação do sistema partidário do período anterior, que se estendeu de 1946 a 1964. Também o Congresso e o Poder Judiciário estiveram com seu campo de ações bastante limitadas, principalmente por conta dos Atos Institucionais impostos pelo executivo federal. Porém, em outros países, próximos ao Brasil, houve realidades político-institucionais ainda mais severas. Usando-se um termo de *Guilherme O'Donnel*, no Brasil talvez o conceito mais adequado seria a de um *modelo burocrático-autoritário*, em que além dos militares, podemos citar a *tecnocracia* atuante no período. Confesso que, em quase quinze anos, não havia parado para refletir sobre o uso de certas palavras - *regime*, *ditadura*, *Estado*, *autoritarismo*, *populismo* – o que em si já acarreta a necessidade de pensar e revisar o uso de tais termos e conceitos na pesquisa que vem sendo realizada.

Algo confirmado nas aulas, e que já tenho tomado contato há bastante tempo e

apontado um pouco acima, é a dificuldade de se explicar, até hoje, o que levou ao golpe de 1964. Alguns autores valorizaram mais as determinantes econômicas e sociais, numa abordagem de cunho marxista (*Jacob Gorender* que apontou até a possibilidade de uma vitória das esquerdas e assim o golpe teria sido direitista, com um caráter contra-revolucionário preventivo). Outros dão maior peso à fatores políticos-institucionais ou na “paralisia” de tais fatores (*Wanderley Guilherme dos Santos*). Citam-se também os erros políticos de Jango nas suas escolhas e posicionamentos (*Argelina Cheibub Figueiredo*). Da importância do “complexo Ipes/Ibad” (*DREIFUSS*). Dos militares como um “corpo social” que deve ser estudado e analisado de forma específica e diferenciada, um “subsistema” (segundo *STEPAN*). Essa ênfase nos militares também é apontada por *SOARES*, pois o golpe só foi possível através do movimento das tropas, mas na contramão de *DREIFUSS*, ele indica que houve um “caos conspiratório” reforçada, por exemplo, pela ação isolada do general Olímpio Mourão Filho que deflagraria o movimento. *GORENDER* também ressaltou uma “conspiração descentralizada”. As críticas a *Elio Gaspari*, em se reconstruir uma história em que Geisel e Golbery tem um protagonismo demasiado no regime. Toda essas variantes são apontadas por *Carlos Fico* em: *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004). Texto este que foi o que mais me chamou a atenção e acrescento em concordar com a opinião do referido autor sobre a heterogeneidade do golpe, resultado de uma ação militar não totalmente planejada; da falta de lideranças militares, tanto entre o grupo da “Souborne”, como por parte da “linha dura” militar; e em especial do termo “desestabilização civil” que me parece melhor explicar a atuação do empresariado e do “complexo Ipes/Ibad” nessa questão.

Pensa-se que não se pode superestimar ou subvalorizar a importância dos setores civis, inclusive de políticos, que apoiaram o golpe, mas que os militares foram o diferencial para a consumação do golpe, realmente o foram, ainda que de forma não planejada, provavelmente beneficiados por uma não-reação efetiva dos militares fiéis a Jango. A rápida ascensão dos conspiradores parece nos ajudar a entender a não ocorrência de uma ação direta e deliberada dos EUA, mas isso não significa que os norte-americanos nada tiveram a ver com os fatos, ou que inexistisse um plano de apoio da superpotência capitalista aos protagonistas do golpe.

Outro importante legado que a disciplina cursada trouxe foi a necessidade e a inevitabilidade de se assumir uma posição com relação às temáticas, às questões e aos assuntos propostos, debatidos e analisados. Não foram poucas as ocasiões em que procurei um distanciamento “crítico” com relação ao regime militar que, muitas vezes redundava em ficar “em cima do muro”. Isso é algo que carregarei daqui em diante, o de posicionar-me diante dos fatos estudados – se não posso ser passional no pior estilo “Brasil. Ame-o ou deixe-o” - não devo me iludir numa pretensa “imparcialidade”, já que estamos no campo das Ciências Humanas. E isso foi apreendido não só no decorrer das aulas mas nos seminários em que assisti;

e nos que apresentei. Afinal, apesar de o meu projeto estar assentado numa perspectiva geográfica-espacial, com destaque aos aspectos do território e de sua gestão, não há como ignorar as tragédias humanas dos torturados e perseguidos pelo regime. Os números nefastos do regime autoritário brasileiro podem ser inferiores em termos relativos ao de países vizinhos, como o Chile e a Argentina, mas são tragédias e desgraças que se abateram em famílias inteiras. Ainda que alguns dos projetos territoriais e visões geopolíticas do regime possam ter obtido algum êxito, como por exemplo, na integração da região Norte (ou da região geoeconômica da Amazônia) e também do Centro-Oeste ao restante do Brasil, na busca pela articulação de *toda* a estrutura territorial do Brasil, num projeto de *integração nacional*, e de inserção no sistema capitalista mundial, isso não justifica as ações do regime contra seus opositores. Não digo isso à toa, pois a tortura pode e deve ser “geografizada”, no sentido de como se dava a organização do aparato repressivo a nível territorial-nacional. O papel dos órgãos de repressão, como o da Operação Bandeirantes (OBAN), concebido no estado de São Paulo e cujo modelo foi seguido em outras partes do Brasil (os DOI-CODIs), seria um exemplo disso ficando-se aqui sugerido um estudo da “Geografia da tortura” durante o período autoritário de 1964 a 1985.

Nas aulas e nos seminários tornou-se bem clara a necessidade de se ter paciência não só na pesquisa em si, mas no trabalho de busca de fontes, levantamento, organização e seleção dos dados. Nesse último item, a seleção, se apresenta como algo demasiadamente desafiador principalmente quando há uma quantidade incomensurável de notícias, documentos, arquivos, etc. É bastante complicado tentar estabelecer alguma lógica nisso e assim é inevitável uma metodologia que venha abarcar uma amostragem que, ainda que não dê conta de tudo o que foi levantado, possa pelo menos caracterizar, explicar e atingir os objetivos propostos na análise. Cita-se como exemplo o texto de *Maria Aparecida de Aquino - Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento* – Bauru, EDUSC, 1999. Nesse trabalho, a autora, ao analisar a problemática da censura, teve que optar por duas publicações: uma da grande imprensa convencional – *O Estado de São Paulo*; e outro da imprensa alternativa – *Movimento* – além também das entrevistas e depoimentos realizados com pessoas que experienciaram a censura, seguindo-se após um procedimento exaustivo de fichamento e classificações das matérias, e quais seriam abordadas na pesquisa, procurando-se respeitar uma certa lógica e periodicidade das mesmas.

1.2.2 - Os seminários

Embora já tenha havido menção aos seminários, optou-se por se dedicar um subitem aos mesmos. Em primeiro lugar, participei seminário sobre Carlos Marighella, baseada na obra de Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012. Neste seminário, o que mais impressionou foi a coerência ideológica de Marighella, que em diferentes momentos da História do Brasil – Estado Novo da Era Vargas (1937-1945); no período de 1946 a 1964; e após o golpe de 1964 que deu início ao regime militar – sempre se manteve fiel aos seus princípios comunistas, isso mesmo após vir à tona as ações cometidas por Stálin, e que teve a coragem de romper com Luís Carlos Prestes e o PCB, e enfrentar o regime militar através da luta armada. Um homem que foi ousado no seu curto período como parlamentar, mas ao mesmo tempo simples e direto em suas opiniões e convicções, e que mesmo após seu mandato cassado não fugiu às suas características e sempre esteve atuante, como nas greves de 1953. A “paixão por uma causa e por uma luta” que permeou toda a vida de Carlos Marighella e ao seu trágico final numa verdadeira emboscada, já durante o regime de 1964 – serviram para fornecer uma visão completa da história de vida de alguém que sempre esteve lutando por seus ideais e que passou por dois regimes autoritários: o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime militar de 1964, do qual Marighella foi vitimado, em 1969. É o perceber a “visão de mundo” de um personagem conhecidíssimo da época.

Outro seminário foi o dos debates entre dois alunos sobre seus projetos de pesquisa. No seminário apresentado em que foram debatidos o meu projeto e o do meu colega de curso: chamado Laerte - cujo projeto tinha o título: *“Discursos do poder durante o regime militar. A invasão da PUC: sistema jurídico autoritário e repressão ao movimento estudantil”*, o que mais me chamou a atenção neste trabalho foi o termo levantado pelo Laerte de “Análise do Discurso”, ou seja, a linguagem sendo usada de forma ideológica, juntamente com a censura, para justificar e cimentar a dominação sobre a sociedade na época. Os usos do discurso autoritário é algo que também poderia ser pensado na minha pesquisa, não de forma tão aprofundada, mas para procurar enxergar as justificativas daquele Estado Autoritário para a formulação e implantação das políticas territoriais da época.

Uma crítica que esteve presente no seminário apresentado e nos dos demais colegas de curso nos outros debates foi a questão do recorte temporal. Qual período deve ser abordado? Com base em quais critérios e limites? Essa é uma pergunta que apareceu a vários dos projetos apresentados e também na pesquisa que pretendo desenvolver. Isso é colocado pelo fato de que a chamada “modernização conservadora/centralizadora” abarcar desde 1930 até o regime militar que terminaria somente em 1985. Abordar uma escala de tempo tão extensa ou restringi-la a um

período específico, no caso o regime iniciado em 1964?

A princípio, acredito que terei que fazer um recorte temporal mais extenso, da década de 1930 até 1985, por conta do tema da modernização autoritária do Estado brasileiro, e de sua “continuidade”, mesmo em períodos institucionais tão diversos, que abarcaram esses cerca de 55 anos. Outro desafio temporal é a problemática do federalismo brasileiro, onde se recuará mais atrás ainda, na proclamação da República, em 1889. E ainda como está explicitado no título do relatório, apontar legados do regime militar de 1964, para os dias atuais. São vários os desafios que me apresentam daqui para frente, após o curso, e, um último, é a necessidade de um *posicionamento* diante do que está sendo pesquisado. Tratando-se de Ciências Humanas, ser “imparcial” não é algo fácil e muitas vezes não é o ideal. Todavia ficam a lição das metodologias empregadas; e da escolha dos critérios de amostragem, ao se abordar uma grande quantidade de documentos, arquivos e informações – que podem vir a possibilitar a concretização bem-sucedida de um projeto de pesquisa acadêmica, não com a pretensão de “resolver todos os males” ou de “explicar tudo”, mas sim em enriquecer a temática, o debate e o estudo sobre determinado assunto, com muita paciência mas também com dedicação. E aí volto a me lembrar do citado trabalho de Maria Aparecida de Aquino – *“Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento”*, de 1999, que chama a atenção pela metodologia empregada e pelo recorte temporal claro.

1.3 – FLG 5801: Federalismo e Regionalismo e Político no Brasil

Trata-se da 1ª disciplina cursada na Pós-Graduação, durante o 2º semestre de 2012, ministrada justamente pelo meu professor orientador: *Dr. André Roberto Martin*. Eu já apresento um interesse natural pela temática do federalismo e, com base na disciplina realizada, pretende-se dedicar um capítulo ou até mais tópicos voltados à questão federativa nacional relacionando-a especificamente com o período autoritário iniciado após a deposição de João Goulart. O caminho pretendido é o de se conceituar o que é federalismo - ou o Estado Federal - e daí seguir numa retrospectiva histórica do federalismo brasileiro desde a proclamação da República em 1889 até o ano de 1964 em que os militares chegaram ao poder. Ressalta-se que, ao contrário do exposto anteriormente em que a discussão estava centrada num breve percurso histórico da Geografia Política e da Geopolítica a nível mundial, para depois se chegar ao pensamento geopolítico “clássico” brasileiro - de inspiração militar e as passíveis críticas a tal pensamento na atualidade – o foco nesse momento é o tema do federalismo, e novamente do geral para o particular (o caso do Estado-Nação brasileiro). Aliás, a apresentação desse relatório iniciou-se pela disciplina do professor Wanderley e agora adentra na disciplina do professor André R. Martin, porque é uma sequência que se pretende percorrer na construção do produto final, a tese. Em linhas gerais: trazer a abordagem da Geografia Política e da Geopolítica quanto à sua evolução no tempo, adentrar nos principais pensadores da Geopolítica brasileira e as críticas feitas a ela hoje, e, adiante, discorrer pelo federalismo, com destaque às “idas e vindas” do federalismo brasileiro, de 1889 a 1964.

Posteriormente se tratará do modelo federalista no contexto do regime de 1964, com a retomada do assunto da modernização centralizadora/conservadora relacionando-os com episódios de mudanças do quadro federativo nacional imediatamente antes e durante o regime, com a discussão sobre a nova capital federal, Brasília; a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro; a criação do estado do Mato Grosso do Sul; e a criação do estado de Rondônia.

A avaliação nessa disciplina deu-se através da apresentação de seminários, e assim como nas anteriores, é aqui apresentado, quase que na íntegra, o trabalho final da mesma, que deve se tornar um outro capítulo da tese.

1.3.1 – Estado Federal e Federação Brasileira

COSTA (1992), já havia apontado em seu trabalho vários dos problemas conceituais existentes na Geografia Política, como no significado de termos como: *Estado, sociedade, população, território, espaço, fronteira, centralização, descentralização, federação, nação, unidade, etc.* Esses conceitos sempre estiveram sujeitos às mudanças e alterações devido a períodos de guerra e de paz, tornando ainda mais complexa, e até intrincada, a evolução da Geografia Política, já mencionada anteriormente.

Tomemos como exemplo o conceito de *federação*. *Estado Federal*, segundo Manuel Correia de Andrade e Sandra Maria Correia de Andrade (1999), é aquele em que as unidades administrativas que o compõem usufruem de autonomia, embora não sejam independentes. Seria o oposto dos chamados *estados unitários*, cujas unidades administrativas são governadas diretamente pelo poder central, ou por meio de delegados nomeados. DALLARI(1986) assinala que o Estado Federal é uma criação norte-americana do século XVIII, refletindo as idéias predominantes entre os líderes das colônias inglesas da América, em que a Confederação desses novos Estados na América do Norte evoluiu para a criação de um Estado Federal, no processo de formação e consolidação dos Estados Unidos da América.

No caso da federação brasileira, conforme ANDRADE & ANDRADE(1999), o Brasil tem se alternado, desde o período colonial, ora num sistema *centralizado*, ora sob um sistema *descentralizado*. O nascedouro do federalismo brasileiro deu-se a partir da Proclamação da República, em 1889, ratificando-se através da Constituição de 1891, com as províncias ganhando autonomia, sendo assim elevadas à condição de estados. Foi um verdadeiro movimento de “contramão” se comparado à experiência norte-americana. Lá, as colônias se separaram da metrópole inglesa, unindo-se em uma confederação, para em seguida constituir-se numa federação, caracterizando-se um movimento *centrípeto*. No Brasil, o movimento foi *centrífugo* – do Império evoluía-se para a formação de unidades autônomas (estados), não independentes.

Aspásia Camargo (1992) assinala in: ABRUCIO, Fernando Luiz. “O ultrapresidencialismo estadual”, in: ANDRADE, Régis de Castro (org.) (1998), o seguinte: “O Brasil é o único país de tradição federativa em que o termo *Federação*, ainda hoje, se identifica com a descentralização, ao invés de significar, como ocorreu nos EUA e nos demais países, a organização da União”.

Em 24 de janeiro de 1967, data na qual a Constituição brasileira daquele ano foi votada, com quase três anos do regime militar em andamento, o nome oficial do Brasil foi alterado: de “*República dos Estados Unidos do Brasil*” para o atual nome “*República Federativa do Brasil*”. Paradoxalmente à mudança de nome, a nova Carta Constitucional, de

acordo com *BARROS (1998)*: coroa a hipertrofia do Executivo (sobretudo em segurança e orçamento); diminuía a autonomia dos estados enfraquecendo o princípio federalista; e centralizava ainda mais a estrutura administrativa de tomada de decisões. Esse nome oficial do nosso país perdura até hoje, num contexto diferenciado de aprofundamento do sistema federativo brasileiro, a partir da nova Constituição de 1988, reduzindo o papel da União, revalorizando os estados e introduzindo uma peculiar autonomia dos municípios tornados em entes federativos, conforme apontou *COSTA* no artigo intitulado: *Ordenamento do Território: concepção e prática (2010)*.

1.3.2- Histórico do federalismo brasileiro antes do regime autoritário de 1964

A queda da monarquia, em 1889, levou à formação de uma república em que cada província se tornaria, automaticamente, um estado federado, desconsiderando-se o nível de desenvolvimento econômico e cultural de cada uma delas. Apesar da enorme diferença com relação ao caráter centrípeto da experiência norte-americana, no Brasil o processo centrífugo de formação da nossa federação teve enorme influência dos Estados Unidos, a tal ponto que o país se denominaria *Estados Unidos do Brasil*. A autonomia estadual, a partir daí, foi muito ampliada para as unidades brasileiras.

MARTINS(1984) in: *ANDRADE & ANDRADE(1999)* aponta que na Primeira República, ainda no governo de Floriano Peixoto, surge a tensa divergência - ora explícita, ora encoberta - entre as *oligarquias civis regionais* de um lado, o chamado *regionalismo*, e os *setores militares*, geralmente identificados com uma *política antifederalista e centralizadora*, de fortalecimento do poder central, ou seja, da União. O mesmo autor acrescenta que lenta e gradualmente o setor militar tem prevalecido com a política de centralização na União, em detrimento do poder dos estados. Esses momentos de centralização se cristalizaram na Revolução de 1930, no Estado Novo de 1937 e posteriormente no golpe de 1964, com a militarização dos setores centralizados.

ANDRADE & ANDRADE (1999) assinalou que a Constituição de 1934, com o domínio das idéias social-democratas teve influência da Constituição alemã de Weimar, e preservou a federação e os direitos estaduais. Segundo *COSTA (2000)*, essa Constituição foi a primeira, de fato, liberal e modernizante, sendo um exemplo disso a legislação trabalhista. Mas quando veio a Constituição de 1937, apesar de a federação estar ali formalizada, o federalismo foi severamente dilapidado, com os estados sendo administrados por interventores nomeados pelo poder central, estando assim, muito mais próximo de um estado unitário.

Este caráter centralizador do regime de 1937 fez com que a política e a vida nacionais gravitassem em torno do governo central, através da forma do Executivo, personificado na pessoa do ditador Getúlio Vargas. Buscava-se a *unidade nacional* de “alto para baixo” – do “centro” para as “partes”. As oligarquias regionais, estaduais e locais não deixaram de existir, mas foram cooptadas pelo poder central através de favores e fisiologismos (COSTA, 2000). O Estado Nacional brasileiro se moderniza e, ao mesmo tempo, se centraliza, trazendo a noção do *planejamento* para seu bojo. Restringindo-se às questões territoriais, é digno de nota a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1942.

O Estado Novo (1937-1945), fundamentado juridicamente na Constituição de 1937, apresentou preocupações de natureza geopolítica, já aqui citadas: a chamada “Marcha para o Oeste”, com programas de colonização no Mato Grosso e em Goiás; e a criação de cinco territórios federais – *Amapá, Rio Branco (Roraima), Guaporé (Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu* (sendo estes dois últimos extintos em 1946) – buscando-se uma maior segurança nas bordas fronteiriças do território nacional e estimular o povoamento e a ocupação econômica nessas partes do Brasil. O sentimento nacionalista do Estado Novo materializado no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), procurou sufocar o sentimentos regionalistas e nativistas dos estados, com o ideário da integração nacional e territorial do Brasil, patrocinada pela esfera federal do governo.

O fim do Estado Novo, em 1945, e a promulgação da Constituição de 1946, restauraram, em parte, a autonomia dos estados. Todavia as desigualdades econômicas entre as unidades mais ricas e as mais pobres, fortemente dependentes do governo central, de uma certa forma “emperravam” o federalismo. As questões econômicas, como o controle da exploração do petróleo, a reforma agrária, etc., protagonizaram as discussões do chamado Período Democrático (1946-1964). Nesse período, LAVAREDA (1991), in: ABRUCIO, in: ANDRADE (org) (1998), demonstrou que a disputa do governo do Estado, naquela época, articulava os sistemas majoritários e proporcionais, ou seja, as eleições para a Câmara Federal ocorriam ao mesmo tempo das eleições para governadores, influenciando o desenho das demais competições, inclusive as proporcionais, enquanto que o pleito presidencial ficava isolado, separado do pleito proporcional para a Câmara Federal (algo que deixou de ocorrer desde as eleições de 1994). Complementando-se melhor essa informação, a duração do mandato dos governadores não era uniforme em todos os estados, não havendo coincidência geral dos pleitos para os executivos estaduais (exceto em 1947 e 1950). Em metade dos estados o mandato era de quatro anos, coincidindo com as eleições congressuais. Na outra metade, era de cinco anos e coincidia com as eleições presidenciais (SCHIMIDT, 2000). De qualquer forma, não há como ignorar uma correlação entre as eleições majoritárias para governador, com as proporcionais da Câmara Federal.

Segundo *ANDRADE & ANDRADE (1999)*, é relembra-se que, apesar da política dos governadores não mais existir formalmente, eles ainda contam como um certo espaço de manobras até a atualidade. A força dos grandes proprietários de terra se mantém com a sua influência política elegendo vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, governadores e senadores, apresentando maior ou menor influência junto ao poder central, conforme o seu estado de origem. Daí a razão de, até hoje, o Brasil não ter realizado uma reforma agrária contundente. Aliás a reforma agrária era um dos principais pontos, senão o principal, das chamadas “Reformas de Base”, propostas pelo presidente João Goulart, no início da década de 1960, e com certeza, contribuiu para o clima de radicalização política, que antecedeu o golpe de 31 de março. A terra tem sido sempre um instrumento de poder, e somado aos espaços vazios que ainda existem, sobretudo na Amazônia, agravam essa questão, possibilitando a sobrevivência das oligarquias locais e regionais em nosso país, concomitantemente a esse verdadeiro “*movimento pendular*” do federalismo brasileiro – ora centralizador, ora descentralizador.

Algo que a Constituição de 1946 trouxe foram os dispositivos de cunho nacional destinados ao trato dos problemas regionais. Com o retorno de Getúlio Vargas ao governo (1951-1954), a questão regional ganha maior destaque tendo como alvos o Nordeste e a Amazônia. O Nordeste por seus problemas históricos: a seca e o atraso de seu desenvolvimento; e a Amazônia por sua necessidade de ocupação, povoamento e valorização. Foi naquele governo que seria criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), em 1953. A SPVEA procuraria desenvolver uma política semelhante à que Roosevelt desenvolvera no vale do Tennessee. Preocupava-se em integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional, com as suas riquezas e os riscos relacionados à sua pouca ocupação. As linhas econômicas para essa parte do território brasileiro começaram a se definir com mais clareza. No mesmo ano seria regulamentada, por decreto-lei, a Amazônia Legal, como área de intervenção para políticas econômicas-regionais numa área de 5.057.490 Km², mais da metade do território brasileiro. Assim teve prosseguimento o processo de modernização do Estado (em que cita-se também a criação do BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em que paralelamente às políticas territoriais, a industrialização continuaria impulsionada pelo Estado nos setores básicos da estrutura industrial, como as indústrias pesadas.

No governo de Juscelino Kubtschek (1956-1960), seria elaborado o Plano de Metas, para o período de 1957 a 1960. Houve, neste período, uma alteração da estrutura econômica do país, nesse curto período de quatro anos. Conforme *COSTA (2000)*, esse Plano era voltado aos setores de ponta da estrutura industrial mas afetaria o conjunto produtivo do país, a partir dos setores básicos, além dos transportes, energia e da estrutura territorial como um todo.

O setor dos transportes apresentou um crescimento notável no período, com a constituição dos chamados “eixos viários de penetração”, como a rodovia Belém-Brasília, buscando-se a integração norte-sul do país. As rodovias, de acordo com o referido autor, tiveram um papel de “conquista interna do território”, papel este que foi exercido pelas ferrovias, nos Estados Unidos. A construção da Belém- Brasília promoveu a interligação da Amazônia com o Sudeste-Sul do país, já que, até então, todas as comunicações com a Amazônia eram feitas por via marítima, pela navegação de cabotagem onde Belém era a porta de entrada para a região.

O Plano de Metas trouxe efeitos à estrutura territorial nacional e, se insere à expansão capitalista do país, em sua etapa industrial, pelo fato dos capitais precisarem geografizar-se para reproduzir-se, daí a importância da reestruturação do território, que será base para a reprodução desse capital. Com os avanços das formas típicas do capitalismo em sua fase atual, as políticas regionais e urbanas vão aparecer submetidas aos grandes planos nacionais de desenvolvimento. Nesse contexto destaca-se a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em dezembro de 1959, dando-se um novo tom às políticas públicas nacionais para a região, com propostas de industrializá-la para se minimizar seu atraso econômico em relação ao Sudeste industrializado.

No contexto dessas políticas regionais - voltadas para o Norte e o Nordeste – e a construção da nova capital federal no Centro-Oeste, as alterações político-territoriais ocorridas foram a extinção dos territórios federais de Ponta Porã e do Iguazu, reincorporados aos seus estados de origem e a transformação do Acre – de território para estado, em 1962, ao atingir o nível de arrecadação fiscal exigido pela Constituição de 1946. O território do Guaporé teve o nome alterado para Rondônia, em 1956 (o mesmo se tornaria estado só em 1981, no final do regime militar de 1964).

1.3.3 - O federalismo brasileiro e o regime de 1964. Modernização conservadora e centralizadora

Inicialmente, o governo militar manteve no AI-1, o texto constitucional de 1946 e o calendário eleitoral mas, ao legitimar as Forças Armadas no poder, aumentou as prerrogativas do Executivo e restringiu drasticamente as do Congresso Nacional. Em 1965, ocorreram eleições para os governos estaduais. Os candidatos apoiados pelo regime, quase sempre da UDN, foram derrotados em quatro estados, inclusive nos dois mais importantes: em Minas Gerais, venceu Israel Pinheiro, do PSD, com o apoio de Juscelino Kubtschek; na Guanabara, Francisco Negrão de Lima, do mesmo partido, venceu, em aliança com o PTB. Antes, esses dois

estados eram governados por civis que apoiaram o golpe de 1964: Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, respectivamente.

Algumas semanas após essas eleições, após os resultados desfavoráveis, o regime militar decretou o AI-2, tornando indiretas as eleições presidenciais e abolindo as diretas para governadores estaduais e em algumas prefeituras municipais (capitais, cidades consideradas áreas de segurança nacional e as estâncias hidrominerais). Também extinguiu os treze partidos políticos que funcionavam legalmente, abrindo caminho para o bipartidarismo, característico da época.

Relembrando-se que em 24 de janeiro de 1967, data na qual a Constituição brasileira de 1967 foi votada, o nome oficial do Brasil foi alterado: de “*República dos Estados Unidos do Brasil*” para o atual nome “*República Federativa do Brasil*”. Mesmo quase trinta anos após o fim do período militar, esse nome oficial do nosso país perdura até hoje.

O regime de 1964 não trouxe, para o Brasil, uma ruptura radical do processo de modernização e centralização do Estado, ao contrário, essa tendência foi sobremaneira reforçada com a concentração do poder pelo Estado por via autoritária. O Brasil apresenta um grande território, mercado interno significativo, sólida base industrial advinda da fase anterior e também foi palco de uma política deliberada por parte de um regime autoritário. Os militares formularam um projeto geopolítico para a modernidade em concordância com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Este projeto geopolítico avalancou, o processo conhecido como *modernização conservadora e centralizadora* que levaria o Brasil à condição de potência regional.

A Criação da ESG (Escola Superior de Guerra), em 1949, se insere na doutrina de Segurança Nacional, explicitada na obra do gal. *Golbery do Couto e Silva*¹⁶, tendo como objetivo acelerar o desenvolvimento e alcançar um novo “status” no sistema capitalista mundial. A estratégia de Golbery, nos termos da análise do espaço e posições brasileiros, é aqui recapitulada : “1º- articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º- impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central- a atual região nuclear do país-, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; e 3º- inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste, segundo o eixo do grande rio.”

De fato, tais idéias vieram a se concretizar já no final da década de 50, com a

16 *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* in: COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

construção de Brasília que permitiria a penetração para Centro-Oeste e também a da Belém-Brasília que abriria o caminho para a cooptação do norte do país.

Dentro do âmbito das políticas territoriais, o avanço da centralização se deu de forma simultânea à “necessidade” do governo em coordenar as suas políticas econômicas e a sua ação estatal, através da montagem de “superórgãos”, que integrassem órgãos e políticas territoriais menores. Contudo, não havia referências explícitas à criação de novos estados ou territórios. Os objetivos do regime de 1964 estariam mais centrados na “integração nacional”, através de certas matrizes como a rede de transportes (o rodoviário, no caso, com grandes eixos de penetração rumo ao interior do Norte e do Centro-Oeste de nosso território), a de energia, a de comunicações (cita-se o grande crescimento da Rede Globo e a sua presença em todo o país, já no final da década de 1960, exemplificada no “Jornal Nacional”) e a formação de polos de desenvolvimento.

Também foram marcos da ocupação na Amazônia a transformação da SPVEA em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), a regulamentação do BASA (Banco da Amazônia S/A), mais um incremento considerável nos incentivos fiscais, regulamentadas em lei de 1968 (COSTA, 2000).

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, abrangeria o período de 1967 a 1976, mas não chegou a ser implementado. Este Plano procuraria tratar a questão regional do ponto de vista da *integração nacional*, propondo a ocupação econômica do Nordeste e do Centro-Oeste, na consolidação de um mercado nacional. Outro aspecto desse Plano era a aplicação, no Brasil, da “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento”, de F. Perroux (in: COSTA, 2000, p.63.) com o estabelecimento de “Regiões-Programa”, em que estes pólos seriam os centros urbanos capazes de concentrar investimentos. O plano seguinte foi o Programa Estratégico de Governo (1968-1970), que nas políticas territoriais, tinha também como objetivo a integração nacional, com a caracterização de pólos selecionados (industriais), para garantir a intercomplementaridade dentro da estrutura industrial.

A integração da Amazônia era uma prioridade por razões de acumulação e de legitimação. Buscava-se o “equilíbrio” geopolítico interno e externo, como em incrementar a predominância do Brasil na América do Sul. Com o PIN (Programa de Integração Nacional), o governo federal assumiu o processo de ocupação da Amazônia, somadas à implantação de grandes redes transversais para a integração espacial da região (rodoviária, urbana, de comunicações, hidroelétrica), que recortou a floresta e expôs a riqueza de seu sub-solo. Cita-se principalmente a construção da Transamazônica, que seria um imenso corredor de exportação entre o Atlântico e o Pacífico. Foram criados pelo governo federal novos territórios, superpostos ao dos Estados, que teriam total jurisdição da União. Os subsídios aos fluxos de capital, privilegiaram a apropriação privada da terra por empresas agropecuárias de mineradoras e a

indução de fluxos migratórios complementariam a ocupação das terras à frente da fronteira móvel, antes restrita às bordas da floresta.

O PIN, lançado em 1967, possuía objetivos globais e setoriais para o Nordeste e Amazônia. Baseando-se em *COSTA(2000)*, viu-se que este Programa objetivava a integração da Amazônia e também do Centro-Oeste à economia nacional. Exemplos disso foram a Transamazônica e ainda a Cuiabá-Santarém, ao lado de outras rodovias já existentes, para se completar a estrutura territorial de circulação dentro do alvo da “integração nacional”. Ilustra-se então as importantes alterações no espaço geográfico brasileiro que pretendia o PIN. Em linhas gerais, o I PND, dentro das políticas territoriais, tinham seus objetivos baseados no PIN.

A partir de 1973, após a primeira crise do petróleo, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, sub-regional, com a implantação dos pólos de crescimento. O II PND valorizaria as vantagens comparativas das diversas regiões do Brasil encorajando as especializações regionais. Foram criados os “pólos regionais”, como o POLAMAZÔNIA, o POLOCENTRO e o POLONORDESTE, que permitiram uma maior concentração dos recursos em determinadas áreas e setores selecionados, “mega-empreendimentos” que propiciassem retorno a curto prazo. Esses pólos foram definidos procurando-se aproveitar a estrutura básica de circulação, principalmente as rodovias, privilegiando áreas que já tinham uma certa concentração econômica e populacional, como o leste e sudeste do Pará. De acordo com *COSTA(2000)*, o PIN trazia objetivos de povoamento da Amazônia, através de “projetos de colonização”. No II PND, tais objetivos são colocados de lado e, se prioriza, o grande empreendimento da fase monopolista do capitalismo, com capitais privados nacionais e estrangeiros, sob estímulos governamentais relacionados a investimentos em infra-estrutura, dentro de um contexto de declínio dos investimentos e da nova política econômica global da época .

A elevação da dívida externa foi a base para a modernização acelerada, contudo fez parte também do fenômeno ligado às mudanças estruturais na economia- mundo e dos empréstimos “empurrados” pelos grandes bancos nos anos 70. A eclosão da crise da dívida, no começo dos anos 80, já no governo Figueiredo, seria um “marco” para o fim do processo de modernização conservadora e centralizadora, comandada pelo Estado, e daria sua contribuição para o fim do regime autoritário de 1964.

Percebe-se que o foco do regime autoritário foi a procura dessa integração nacional, num contexto sem democracia alguma, sem a participação de setores populares, e até das unidades político-administrativas – os estados do Norte e do Centro-Oeste. O que se viu foi uma estratégia protagonizada inteiramente pelo Governo Federal, manifestada através de várias políticas territoriais de caráter nacional, visando atender determinadas regiões do país, sem se preocupar com o futuro ambiental, social e talvez até político-institucional para tais regiões.

Projetos agropecuários e minerais, orientados pela União, ou com a presença dos capitais privados, proliferaram por esse período. Também citam-se projetos militares como o “Calha Norte”, sobrepondo-se às áreas das unidades federativas. *Devido ao seu forte caráter centralizador, poderíamos questionar se o nosso país, na época, correspondia ao seu novo nome oficial “República Federativa do Brasil” (de 1967), ou, na prática, estava-se mais para um estado unitário? Afinal, durante o regime militar de 1964, os estados não escolheram, durante quase todo esse período, os seus próprios governadores. Então é possível falar-se em um verdadeiro federalismo nesse período?*

Mas é inegável algumas realizações. A criação das “Regiões Metropolitanas”, sendo que tais não estão restritas somente ao Sudeste e Sul do país, pois além de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, no Sudeste; e de Curitiba e Porto Alegre, no Sul; têm-se ainda Salvador, Recife e Fortaleza, no Nordeste; Belém e Manaus, na região Norte; enquanto que no Centro-Oeste há a presença da capital político-administrativa, Brasília (4ª cidade mais populosa do Brasil, com 2.557.158 habitantes conforme dados do IBGE de 2008), além de Goiânia. Vê-se desta forma que a urbanização brasileira foi um fenômeno de caráter nacional, daí a afirmação de que hoje o Brasil é um país urbano. Nesse processo, São Paulo se torna uma cidade mundial, ou seja, desponta como um dos centros de controle e acumulação de capital em escala planetária.

Destaca-se também a organização espacial das redes nacionais como a da circulação de mercadorias, referente à malha rodoviária, que reflete a área de mercado integrada. Esta rede apresenta grandes eixos nacionais que convergem para o centro manufatureiro do Centro-Sul do país, como a BR-116, interligando o Nordeste ao centro industrial do Sudeste. Quanto à energia elétrica, esta rede se sobrepõe à área industrial central. Na verdade, o processo de industrialização do Brasil foi tardio e simultâneo à necessidade de se constituir uma rede de energia elétrica. Já a rede de telecomunicações mostra que os maiores aglomerados urbanos estão interligados, quanto à circulação rápida de informações a longa distância, reflete os efeitos da centralização dos processos decisórios na cidade mundial e também atende às demandas do setor financeiro, no tocante à ligações rápidas e confiáveis a longa distância. Essas redes aparecem então como importantes indicadores do processo de modernização do território.

O conceito de *semiperiferia*, de Wallerstein (1979;83) in: BECKER & EGLER (1998), traz uma síntese contraditória, num mesmo território e num mesmo momento, de espaço e tempo díspares, cujo ajuste é obtido a partir de instrumentos políticos onde o Estado assume papel central.

O que os autores chamaram de “malha programada” produziu fronteiras, garantiu domínios e consolidou uma cidade-mundial, representando uma nova forma de inserção do Brasil na economia mundial. Porém persistem a questão regional no Nordeste, a imensa

fronteira amazônica e a conformação de um vasto complexo urbano- industrial, durante os anos 60 e 70, a partir do centro dinâmico do Sudeste.

1.3.4- O caso de Brasília

Atualmente a 4ª maior cidade brasileira em população, Brasília viria de encontro aos interesses do regime militar que se iniciaria apenas quatro anos após a inauguração de Brasília, ainda no período democrático anterior. Caracterizava-se não uma ruptura, mas uma certa continuidade no sentido de que os governos militares do pós-1964 souberam muito bem aproveitar as vantagens de uma cidade recém-construída e concluída ainda num governo civil, e que foi convergente e essencial para as diversas políticas territoriais que viriam a seguir, especialmente ao Norte e ao Centro-Oeste do território nacional. Assim, o foco é destinado a um componente territorial específico que foi a construção e posterior consolidação de Brasília, como a capital do país. E o seu importante papel na estruturação, na articulação e na integração territorial brasileira.

José Willian Vesentini, na década de 1980, realizou larga análise sobre a nova capital, sendo que esta já era uma realidade, desde 1960, com a cidade de Brasília. A construção de Brasília era a “meta-síntese” no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubtscheck (1956-1960), dentro do bojo do processo de unificação econômica do espaço geográfico nacional que se estruturava e se consolidava no final dos anos 50.

A transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília concretizaria-se em 21 de abril de 1960, ainda antes do regime militar. A construção de Brasília era a “meta-síntese” do Plano de Metas, dentro do bojo do processo de unificação econômica do espaço geográfico nacional que se estruturava e se consolidava no final dos anos 1950.

Baseando-se ainda em *VESENTINI, (1986)*, havia a ocorrência de uma divisão inter-regional do trabalho, fruto de uma industrialização concentrada espacialmente, cristalizando-se uma nova regionalização com o coroamento da integração nacional, gestado a partir da industrialização de São Paulo. Assim as regiões se estruturam assumindo o seu papel na economia nacional, dentro de uma nova divisão territorial do trabalho. É justamente a época em que a questão regional ganha ênfase no atraso do Nordeste em relação ao Sudeste.

O assunto da transferência da capital têm suas raízes ainda em meados do século XIX. *VESENTINI (1986)*, cita o historiador *Varnhagen*, sócio eminente do IHGB (Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, criado em 1838) e também diplomata, que teria influenciado a Comissão chefiada por L. Cruls e parlamentares que colocaram, na Constituição de 1891, o artigo que trata da mudança da Capital para o Planalto Central. Este historiador teria fixado o local ideal para a nova Capital, uma área em Goiás onde haveriam as cabeceiras, quase juntas,

das bacias Amazônica, Platina e a do São Francisco.

Com a proclamação da República, ganha força a idéia da transferência da Capital, pois o Rio de Janeiro era identificado, na época, com o Governo Imperial que havia sido derrubado. Daí o dispositivo do artigo 3º da Constituição de 1891. Porém as ambigüidades do novo regime federativo (mais descentralizado), que perduraria pela República Velha, traz de volta o debate sobre a necessidade de se centralizar o poder.

A “Marcha para o Oeste”, normalmente identificada com o Estado Novo, denota a preocupação governamental de se povoar efetivamente imensas áreas do Brasil Central e da Amazônia. A interiorização da Capital Federal seria então colocada na ótica do desenvolvimento econômico do Brasil Central, procurando-se irradiar” o progresso.

No governo Juscelino Kubtschek, com o slogan “50 anos em 5” e o Plano de Metas, a construção de Brasília torna-se a “meta-síntese”, dentro da já referida estruturação do espaço geográfico nacional, na concretização de uma nova fase de acumulação capitalista no país. Inaugurada em 1960, no final do governo Kubtscheck, Brasília simbolizaria a unificação do espaço nacional, no interior do desenvolvimento capitalista a nível territorial e da questão regional.

VESENTINI (1985) aponta que o plano urbanístico de Brasília buscava uma “harmonia”, uma “divisão do trabalho” com cada parte tendo a sua funcionalidade, uma “hierarquia”, e isso pode ser exemplificado na paisagem através da Esplanada dos Ministérios. Segundo o mesmo autor, Brasília não teria sido planejada como uma “utopia socialista” e os governos estabelecidos, a partir de 1964, não desvirtuaram a concepção original da nova capital. Muito pelo contrário, no projeto do Plano Piloto a ideia de “ordem” e “hierarquia” foi de encontro aos propósitos do regime, que viu ali um espaço adequado ao funcionamento dos órgãos decisórios de um Estado autoritário. Especialmente, a partir do presidente Médici (1969-1974), procurou-se consolidar Brasília como a nova capital.

Tal consolidação definiu-se entre 1968-1970. A mobilização popular, que vinha ganhando corpo, com a formação da chamada “Frente Ampla” de oposição - já reunindo antigos adversários, como Juscelino Kubtschek e Carlos Lacerda - e a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro, acabou derrotada pelo AI-5, de 1968. Nesse mesmo período, ocorreram alguns atos de guerrilha urbana, levando o governo a pressionar certos órgãos públicos e embaixadas que ainda funcionavam no Rio de Janeiro, a se transferirem para a nova capital.

Os governos pós-1964 procuraram reforçar também a segurança militar de Brasília e seu entorno. Na ótica geopolítica, representou um ponto chave na estratégia de ocupação mais efetiva do território nacional, manifesta, por exemplo, a partir da abertura de rodovias, tendo Brasília como um novo referencial geográfico, um “posto de vanguarda” (segundo a expressão de *COSTA, 2000*). Dentre os eixos rodoviários construídos cita-se, a Belém-Brasília, primeira

ligação terrestre da Amazônia com o Centro-Sul do país, pronta ainda antes do regime militar. Os governos pós-1964 mantiveram, a grosso modo, o mesmo enfoque, no tocante em ter Brasília como ponto de referência, não só para a abertura de novos corredores rodoviários, como na implantação de posteriores políticas territoriais.

Por fim, a construção de Brasília é um assunto relativamente polêmico até os dias atuais: *VESENTINI (1986)*, assinala que a transferência da Capital Federal estaria embuída no discurso geopolítico nacional. A fixação deste discurso foi no chamado “*retângulo Cruls*”, demarcado na comissão chefiada por L. Cruls, de 1892, uma área de 14.440 Km², que se constituiria no verdadeiro “Planalto Central”, segundo a ótica geopolítica. Este discurso apoiava a interiorização da Capital Federal com base nos seguintes argumentos: maior integração do espaço nacional; ocupação do interior do país (a “Marcha para o Oeste”); estabelecer uma divisão territorial (administrativa), mais racional para o país; elaborar-se uma rede de transportes densa e eficaz, para a interiorização da economia e da população; preocupação com as fronteiras do país; e o uso do conceito de “segurança nacional”, em que a defesa do território seria mais facilitada no interior (embora o mundo já se encontrasse na era atômica). O mesmo autor ainda assinala o contexto “democratizante” de 1946 com medidas autoritárias, visando impedir o crescimento dos movimentos populares, relacionadas às greves inúmeras que ocorreram no final do Estado Novo, dando base, à alguns parlamentares da época, de que as grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) seriam inadequadas à uma função político-administrativa. Por consequência, com a transferência da Capital, o Governo poderia ficar acima de “pressões sociais”. Também não teria havido, na época, críticas quanto ao distanciamento da Capital Federal em relação aos maiores centros de aglomeração populacional do país. Então, o objetivo não era somente o desenvolvimento e a integração de porções do interior do Brasil (em especial das regiões Norte e do Centro-Oeste), mas o de impedir o crescimento dos movimentos populares, ao se retirar a capital do Rio de Janeiro. O autor caracterizou a construção de Brasília como parte de um movimento amplo de centralização e racionalização do tipo capitalista do Estado brasileiro, cuja direção estava assentada no tripé: burguesia nacional, capital estrangeiro e ação planejadora, dentro da ideologia nacional-desenvolvimentista, com as atividades do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Brasília seria então o ponto culminante de tal processo, um símbolo da ideologia nacional autoritária e burguesa, num discurso de racionalização e de feições até progressistas. Uma mistura de componentes autoritários (representantes das Forças Armadas), objetivos capitalistas (os industriais) e substratos intelectuais (até do Partido Comunista). Este último componente estaria relacionado à figura de Oscar Niemeyer e ao modelo urbano e funcional de Brasília, similar aos da URSS e que ajustou-se muito bem, ironicamente, ao novo cenário brasileiro, implantado em 1964, marcado pelo autoritarismo de direita.

COSTA(1992), acaba por criticar Vesentini por conta dessa menção ao Partido Comunista, em que “a teoria da revolução brasileira” não estaria restrita à uma ideologia nacional”, e que haviam diferenciações dentro do próprio Partido entre as concepções “esquerdistas” e “democráticas”, na década de 1950. Outra crítica apontada é o fato de Vesentini ter *exagerado nexos causais* entre espaço, forma urbana e ideologia, tornando-os determinantes a tal ponto de não dar a devida relevância ao movimento histórico.

Os governos pós-1964 procuraram reforçar também a segurança militar de Brasília e seu entorno. Na ótica geopolítica, representou um ponto chave na estratégia de ocupação mais efetiva do território nacional, manifesta, por exemplo, a partir da abertura de rodovias, tendo Brasília como um novo referencial geográfico, um “posto de vanguarda” (segundo a expressão de *COSTA, 2000*). Dentre os eixos rodoviários construídos cita-se, a Belém-Brasília, primeira ligação terrestre da Amazônia com o Centro-Sul do país, pronta ainda antes do regime militar. Os governos pós-1964 mantiveram, em linhas generalizantes, o mesmo enfoque, no tocante em ter Brasília como ponto de referência, não só para a abertura de novos corredores rodoviários, como na implantação de posteriores políticas territoriais. Assim, a construção de Brasília, é vista por *COSTA (2000)*, dentro das estratégias das mudanças territoriais em curso, como parte de um projeto explicitamente econômico, como já dito, um “posto de vanguarda”, direcionado ao norte e a oeste do país como um “nó” de articulação inter-regional, de onde partiriam a abertura de vias de acesso e vias de penetração para o norte e oeste do país (Belém-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília, Acre-Brasília e Goiânia-Brasília). O autor também argumenta que não há nenhuma novidade no fato da capital de um país centralizar geograficamente a estrutura político-administrativa nacional. Ele coloca ainda que o Estado Brasileiro sempre foi autoritário na História, independentemente da localização da sua capital, assinalando que o golpe de 1964 teria também ocorrido se a capital fosse no Rio de Janeiro. Também o autor discorda de que Brasília apenas distanciou os governantes do povo, para ele, se isso fosse verdade, só poderíamos democratizar o país e o Estado quando o Planalto Central se tornasse superpovoado. Por fim coloca-se, da parte de *COSTA(1992)* uma outra questão: foi-se alterado o caráter autoritário do “design urbano” de Brasília, ou a sociedade brasileira mudou, inclusive na sua capital, nos últimos tempos?

1.3.5 - Bastidores da fusão Guanabara-Rio de Janeiro. A criação dos estados de Mato Grosso do Sul e de Rondônia

O governo Geisel (1974-1979), na sua versão oficial, alegava que a fusão dessas duas unidades da Federação tinha por objetivos a criação de um estado forte, tanto política como economicamente, trazendo equilíbrio à Federação, reforçando-se argumentos geoeconômicos. A fusão era apresentada do ponto de vista técnico, inserida num plano estratégico de desenvolvimento nacional, buscando-se criar um novo pólo dinâmico de desenvolvimento, trazendo efeitos benéficos à própria segurança nacional.

As elites empresariais cariocas se mostravam favoráveis à fusão. Uma outra linha de interpretação, tanto do senso comum como dos políticos de oposição ao regime militar, credenciam a fusão à tentativa de conter a seção carioca do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e privilegiar o partido governista, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Pois com a vitória de Chagas Freitas, em 1970, a Guanabara era o único estado da Federação governado pela oposição emedebista, que poderia se enfraquecer e se dividir entre seus dois principais líderes políticos: o carioca Chagas Freitas e o fluminense Amaral Peixoto.

Marieta de Moraes Ferreira, in: CASTRO & ARAÚJO (2002), contra-argumenta colocando uma visão diferente dos fatos: Chagas Freitas havia sido eleito governador em 1970, no auge repressivo do regime militar, e ao contrário do que se possa pensar inicialmente, se relacionava bem com os meios militares. A autora desses argumentos salienta que enquanto o MDB carioca e o MDB fluminense se articulavam visando seus objetivos políticos e eleitorais na formação do novo Estado, a ARENA não demonstrava essa mesma capacidade, e sentia-se mais tolhida, ainda com a proibição de novas nomeações às vésperas da fusão. Para isso, ela reforça essa posição com os relatórios do SNI da época que mostravam esse diagnóstico político. Por fim, os documentos analisados por ela no arquivo Geisel reforçariam a tese de que a fusão teria um caráter mais técnico, na ideologia do desenvolvimento nacional, objetivando a emergência de um pólo de desenvolvimento de grandes dimensões, como o de São Paulo, diversificando-se pólos industriais e reduzindo desequilíbrios regionais. Buscava-se diluir a identidade carioca (ancorada num passado de capital do país) em prol da identidade fluminense, ancorada no passado colonial da velha província fluminense. Mais do que controlar as eleições de 1974 e frear a oposição emedebista, estaria consumando-se a transferência da capital para Brasília.

Bom salientar que poucos anos antes, em 1969, fora elaborada uma nova divisão regional do Brasil do IBGE, com a criação da Região Sudeste e a supressão da Leste, em que pela primeira vez, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro passaram a integrar a mesma região, ao lado de Minas Gerais e Espírito Santo.

Na década de 1970, foi elaborado o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que, conforme COSTA (2000), tinha objetivos de política regional baseados no PIN (Programa de Integração Nacional). As políticas territoriais através da estratégia da “integração nacional”, procurando expandir a “fronteira econômica” do país, a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste. Por fronteira econômica entendia-se pelos setores agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, etc. Na área do planejamento urbano, a nível nacional, concebeu-se a criação das “Regiões Metropolitanas” e a estratégia de desenvolvimento regional focou-se nos “polos de desenvolvimento”, tanto nas áreas mais dinâmicas como nas áreas mais atrasadas do país.

Portanto, essas duas estratégias: o estabelecimento das regiões metropolitanas; e o estímulo à formação e consolidação dos pólos de desenvolvimento vão de encontro aos objetivos do governo militar em se concretizar a fusão dos estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro.

Sobre o Mato Grosso do Sul e Rondônia, *ANDRADE & ANDRADE (1999)* utiliza o termo *territorialização* para designar a transformação do espaço brasileiro em território, através do povoamento, da introdução de atividades econômicas, a conformação de uma estrutura social, enfim, a produção do território brasileiro, iniciada pelos colonizadores portugueses.

O autor, assinalando que a Região Centro-Oeste estaria ainda em processo de territorialização, apresentaria uma forte tendência à fragmentação. O desmembramento do Mato Grosso, com a criação do território de Ponta Porã, em 1943, não satisfaz à população da parte meridional. Mas, em 1975, foi criado o estado do Mato Grosso do Sul.

Tal fato não pode ser tomado isoladamente. Relembra-se a criação e a posterior extinção de Ponta Porã, na década de 1940. Após o regime de 1964, houve a criação do estado do Tocantins, do desmembramento de Goiás, em 1988 (reivindicação que vinha desde os tempos do Império). Há outras propostas, com relação ao Mato Grosso (com a criação do estado do Mato Grosso do Norte ou do Aripuanã) e também do território do Araguaia.

Na Região Norte, ocorreram a criação dos territórios do Amapá, do Rio Branco (atual Roraima) e o do Guaporé (atual Rondônia) no período do Estado Novo. Este último foi transformado em estado em 1981, no final do período autoritário. Amapá e Roraima tornaram-se estados, com a Constituição de 1988. Nos dias atuais, os movimentos de criação de novos estados e territórios têm ganhado força, com o desenvolvimento agropecuário e da mineração, casos das propostas para os estados do Carajás e do Tapajós, em que o Pará seria desmembrado.

Conclui-se que as questões federativas no regime militar de 1964 não podem ser analisadas, nem estudadas, sem retroceder-se a épocas pretéritas (o período democrático de 1946 a 1964, o Estado Novo, a Revolução de 1930, talvez até a República Velha), ou correlacioná-las ao contexto do Brasil atual.

2- O Projeto de Pesquisa – dois anos depois e perspectivas futuras para a tese de mestrado

O projeto de pesquisa para o mestrado tem a sua gênese a partir do Trabalho de Graduação Individual (TGI), desenvolvido em 2001, na área da Geografia Política, com o título: *As heranças dos governos militares na redemocratização brasileira*, tendo como orientador o professor Dr. André Roberto Martin. Era o embrião para o Projeto de Pesquisa selecionado 11 anos depois, já na metade de 2012, com um título no qual tenho encontrado certa dificuldade em definir e que é o aquele mencionado na Introdução. Para ser mais preciso, a intenção é que, já no título do trabalho, exista uma referência explícita à Geografia, pois ainda que o trabalho venha a percorrer um viés interdisciplinar, principalmente com a História e as Ciências Política e Social, é fundamental salientar desde sempre que se trata de um trabalho da *Geografia*, mais ainda, de *Geografia Política*.

Como esse trabalho está coincidindo com os 50 anos do Golpe de 1964, acredito que a pesquisa se torne ainda mais pertinente, e, de uma certa forma, o distanciamento temporal, talvez permita melhores análises daqueles 21 anos de regime autoritário que o Brasil viveu, menos sujeitas às parcialidades que o calor de um momento pode acarretar. Claro que numa Ciência Humana não há como ser totalmente frio ou imparcial, mas o passar do tempo pode, conforme as vontades envolvidas, trazer à luz novos esclarecimentos, análises, explicações, paradigmas e pontos de vista, há muito tempo encobertos.

O que vem a seguir é o projeto de pesquisa apresentado no processo de seleção, mas agora enriquecido após dois anos de Pós-Graduação. O texto está um pouco mais atualizado. A intenção é utilizar uma grande parcela desse texto do projeto para a Introdução da tese de Mestrado, além de fornecer um panorama geral do que se pretende pesquisar.

Em 2014, completar-se-ão 50 anos dos fatos ocorridos em 31 de março de 1964 que marcaram o início do regime militar no Brasil. Também terão se passado 30 anos do movimento das “Diretas-Já” e da não aprovação daquela reivindicação de eleições diretas para presidente. Para acrescentar, em 2015, terão-se transcorrido também 30 anos: do Colégio Eleitoral, do fim do regime autoritário de 1964 e da morte de Tancredo Neves.

Após todo este tempo, ainda existem dúvidas, lacunas, discussões, além do despontar de novos olhares e perspectivas sobre os fatos que marcaram o regime de 1964, reforçados agora nesse contexto de meio século completados do movimento de 31 de março, mais os recentes trabalhos de apurações das Comissões da Verdade nos últimos anos. Este trabalho, obviamente, não tem a pretensão de investigar (num sentido meramente passional do termo) o que foi o regime de 1964, nem em julgar ou sentenciar, baseado puramente na emoção e no sentimentalismo, personagens e fatos daquele período, muito menos em

adentrar a fundo em temas que seriam de competência mais da Ciência Política e da História.

Este é um trabalho ligado à Geografia Política, mas o que significaria ser um trabalho deste sub-ramo da ciência geográfica? Conforme *COSTA (2000)*, a Geografia Política já traria uma problemática quanto ao seu objeto de atuação: sua delimitação seria rígida quanto ao seu objeto? ou trabalharia com um conjunto de processos inseridos num contexto interdisciplinar, com o foco centrado no que seria específico da Geografia Política? Sem aprofundar essa discussão nesse momento, procurarei abordar os referidos processos dentro da segunda opção: a de não escapar do viés interdisciplinar, mas sem perder de vista o objeto de análise.

O presente trabalho, assim, procurará focar, sobretudo, as heranças legadas pelos governos militares, que perduraram de 1964 a 1985, ao espaço geográfico-territorial brasileiro, assim sendo, não há como negligenciar as relações de poder estabelecidas no período, bem como os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos e, ainda, os regionais - em especial no que concerne às regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Percebe-se que as interligações e conexões com outras áreas do conhecimento, sobretudo as citadas anteriormente serão inevitáveis. Tratar do regime militar brasileiro somente do ponto de vista geográfico é importante, sem dúvida, porém não se pode pensar e analisar este período autoritário sem se considerar um contexto maior relacionado a fatos correspondentes aos aspectos já citados anteriormente, englobando a gênese e o fim deste período institucional marcado pelo autoritarismo.

O regime de 1964 deixou para o Brasil diversas marcas em seu espaço geográfico-territorial. Exemplo disso foram os novos arranjos políticos-territoriais impostos à federação brasileira, como na criação de novos estados (casos do Mato Grosso do Sul, em 1975; e de Rondônia, em 1981) e na fusão de entes federativos (em 1974, houve a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro); também as consequências ambientais e sociais dos projetos concebidos naquele período, por exemplo, na Amazônia (rodovia Transamazônica e a busca de uma real e efetiva integração nacional); ou das grandes obras como a ponte Rio-Niterói e a usina hidrelétrica de Itaipu. Mais ainda, a estruturação de redes em todo o território nacional como as redes urbana, a rodoviária e a de telecomunicações. Foi um momento em que a tônica - ou no mínimo, a retórica - do planejamento estiveram em evidência, face à elaboração, pelo governo central da época, de uma grande quantidade não só de projetos em si, mas destes inseridos em programas e em planos elaborados pelo poder central, visando transformar o espaço geográfico brasileiro, na busca de uma integração territorial-nacional verdadeiramente consolidada, nos moldes de uma fase mais moderna da acumulação capitalista.

Todavia, qual o contexto histórico e político que servia de “pano de fundo” para todas

estas e outras alterações no espaço geográfico-territorial brasileiro? O regime era autoritário, hoje temos um regime que seria formalmente democrático. O que isso significa? Há clareza entre o que são *democracia*, *redemocratização* e *abertura política*?

O Brasil, a partir do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), começava a entrar em processo de uma lenta, complexa e gradual abertura do regime militar, então vigente no País, através da política que ficou conhecida como "distensão". Porém, antes de se tratar especificamente da abertura democrática nacional, se faz necessário uma breve menção do seria uma redemocratização dentro do atual contexto que tem assumido a palavra *democracia*.

A *redemocratização* é um termo que à primeira vista parece não ser muito complicado pois indicaria o retorno a um sistema democrático, que esteve temporariamente suspenso, onde se dá a transferência de poder do Estado autoritário para a sociedade e para um sistema regido pelos partidos, segundo *Aspásia Camargo* in: *CAMARGO & GÓES(1984)*¹⁷. Contudo, analisando-se mais a fundo este termo, vê-se que a redemocratização está vinculada ao conceito de democracia, conceito este que sofreu alterações em seu conteúdo essencial caminhando de uma matriz igualitária (Aristóteles e Rousseau) para apenas um simples método político e formalista vinculada à máquina governamental e contrária aos atributos substantivos da cidadania, conforme assinala *BORON (1994)*. Para tanto, o referido autor remonta a exemplos do passado, colocando que as revoluções burguesas criaram apenas um Estado Liberal mas não uma autêntica democracia como afirmavam suas ideologias. Assim sendo, o avanço democrático foi um mérito das lutas populares que iriam desembocar no Estado Keynesiano (do bem-estar social). Todavia, nas últimas décadas, este modelo deparou-se com o crescimento de elites neoconservadoras que apontariam um prejuízo que a democracia de massas ocasiona ao sistema capitalista e, em nome do capital e da acumulação, argumentam a favor de cortes sociais e até em conter exigências populares para se reaquecer a economia e tirar a "sobrecarga" do Estado. Tudo isto veio então a se inserir dentro do contexto neoliberal.

Este "endurecimento" da democracia nos países centrais do capitalismo também é assinalada por *Fernando Henrique Cardoso (1979)* em que é mencionada um enfraquecimento da liberal-democracia onde uma pluralidade política, através da convivência dos Estados Unidos em suas relações com diversos regimes autoritários na América do Sul, se fazia em nome do desenvolvimento e da "segurança hemisférica" ligada à Guerra Fria.

17 GÓES, Walder de. & CAMARGO, Aspásia. *O Drama da Sucessão e a Crise do Regime*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984 (Coleção Brasil século 20). Este livro se constitui de dois ensaios autônomos: o primeiro, de autoria de Aspásia Camargo, com o título: *As Sucessões Presidenciais e as Lições da História*; e o segundo, de autoria de Walder de Góes, com o título: *A Crise do Regime e a Sucessão de 1985*.

Contudo, em meados dos anos 1980, a América do Sul passaria por um período de transição democrática que consistiu no fim de regimes autoritários substituídos pelos formalmente democráticos, vindo trazer à tona essa discussão da proposta democrática com seus principais dilemas atuais.

Adentrando-se ao conceito de *abertura*, temos que este corresponderia a um gradualismo controlado de cima para baixo, dentro de um processo comandado pelo próprio Estado que orientaria e limitaria a conversão de um modelo político para outro, conforme assinala CAMARGO in: CAMARGO & GÓES (1984), em que a autora deixa claro uma diferenciação entre os conceitos de *abertura* e *redemocratização* em que esta última corresponderia, como já foi dito, à transferência de poder do Estado autoritário para a sociedade e para um sistema pluripartidário.

Estes dois conceitos ganhariam força então a partir da política de "distensão", referente à abertura, iniciada no governo Geisel, e que culminou nos anos de Figueiredo, em que a abertura ficaria restrita ao Colégio Eleitoral impedindo-se o ímpeto renovador da redemocratização (que se relacionaria às pressões da sociedade civil sobre o Estado, em busca do fortalecimento da democracia, como no movimento das "Diretas-Já") afastando-se assim, naquele momento, o eleitorado da participação direta na escolha do novo presidente.

O Brasil, neste último contexto, atravessava a fase final dos governos militares iniciados em 1964. Foi uma fase de grande efervecência política e social que tiveram seu começo a partir da "distensão" no Governo Geisel (1974-1979) e que prosseguiu no Governo Figueiredo (1979-1985), quando se teve, entre outros fatos, a anistia de 1979 à diversos presos e exilados, além das eleições diretas de 1982 para os governos estaduais, chegando-se finalmente à escolha de um civil para a presidência da República através do Colégio Eleitoral, de 15 de janeiro de 1985, que apontaria Tancredo Neves como vitorioso. Isto após a emenda das "Diretas- Já" não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional no ano anterior.

Assim se consolidaria a abertura democrática brasileira, dentro das esferas do poder num cenário bastante sutil de manipulação política e social ao lado de um quadro de grave crise econômica, sobretudo no governo Figueiredo, relacionada à um quadro econômico extremamente negativo no decorrer da década de 1980, com inflação cada vez mais alta, desemprego, pauperização dos setores menos favorecidos e até da classe média com os arrochos salariais, além da crise da dívida externa que assolou os países latino-americanos em que, somada à sua renegociação, permitiu o avanço neoliberal, que se estendeu pela década de 1990. Como esse processo de abertura afetou o projeto geopolítico militar, e as implicações disso sobre a estrutura territorial nacional e a dinâmica regional (tanto na escala das regiões brasileiras, como até numa escala mais ampla: a nível de América do Sul e América Latina) em seus aspectos político, econômico, social e até ambiental é uma outra

questão também aqui colocada.

Assim é colocado o objetivo deste trabalho - ligado à Geografia Política - que é o de procurar apontar algumas das principais heranças espaciais, legadas ao território brasileiro pelos governos militares, que persistem até aos dias atuais, e que afetaram - entre outras - as estruturas urbana, industrial, agrária, energética, de telecomunicações e de transportes do país. É salientado que os governos militares trouxeram importantes modificações na estrutura espacial-territorial brasileira: como nos projetos de usinas hidrelétricas (Itaipu); no fortalecimento às políticas de expansão da ocupação territorial e econômica, sobretudo na Amazônia (cita-se aqui o *PIN- Programa de Integração Nacional*, de 1967, destacando-se a abertura de estradas, como a Transamazônica, ligando-a ao resto do País); políticas de colonização; projetos de grandes empresas; exploração de recursos minerais com capitais estrangeiros e nacionais; o projeto Calha Norte; e sem se deixar de mencionar, os planos globais de desenvolvimento, como o *I PND* e o *II PND* (Planos Nacionais de Desenvolvimento). Tudo isso sem a devida preocupação com as consequências ambientais e sociais como a expropriação dos menos favorecidos, face ao avanço da empresa capitalista.

Aliás, somando-se a isso, o trabalho buscará mostrar os diferentes focos que as políticas territoriais apresentaram dentro do regime, já que o *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social* (1967-1976), que não foi implementado, trazia a perspectiva da integração nacional vinculada à questão regional - em especial para o Norte ou a Amazônia; e o Centro-Oeste - atrelada à teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux, através de pólos regionais ou regiões-programa, segundo assinala *COSTA (2000)*. Um exemplo prático dos “pólos de desenvolvimento” foi a criação das “Regiões Metropolitanas”, decorrente do *I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)*, para o período de 1972 - 1974. Tais diretrizes estiveram mantidas no Programa Estratégico de Governo (1968 a 1970) e no *I PND*, em que a integração nacional - formulada no *PIN* - era buscada através da expansão da fronteira econômica do país. Em contrapartida o *II PND*, lançado em 1974, para o período de 1975-1979, descartou projetos de colonização (que eram previstos no *PIN*) e objetivou uma expansão econômica que viesse de encontro ao aumento das exportações, necessária ao novo cenário da política econômica global da 2ª metade da década de 1970, com medidas mais intensas voltadas aos “espaços vazios” do território, na expansão da fronteira econômica em setores que pudessem contribuir às exportações, contemplando o grande empreendimento capitalista monopolista, de capitais privados nacionais e estrangeiros, tendo como pano de fundo os estímulos governamentais e os investimentos em infra-estrutura também do próprio governo.

Citam-se também as modificações causadas na representação política dos estados, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, por conta do “Pacote de Abril” de

1977, trazendo implicações de representatividade e ao jogo de interesses tendo como palco o espaço territorial brasileiro; as modificações no arranjo federativo, como na criação de novos estados; mencionam-se ainda os projetos de usinas nucleares em Angra dos Reis, obras como a ponte Rio-Niterói, etc., aumentando-se a importância de se compreender tanto as consequências ao espaço geográfico-territorial nacional, como também as consequências políticas e sócio-econômicas destes projetos para o Brasil. Houve assim a consolidação de uma organização espacial com redes nacionais, entre outras, de circulação de mercadorias (como as malhas rodoviárias), de distribuição de energia elétrica (relacionada à construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão) e de telecomunicações (com a constituição de redes nacionais de televisão, conectando ricos e pobres, ditando ideologias e comportamentos), só para detalhar alguns exemplos dessas redes. Até no nosso cotidiano sentimos a herança deixada pela ditadura militar após o fim do regime, como na permanência de uma estrutura de polícias estaduais em Polícia Civil e Militar. Daí a importância de se estar levantando com maior clareza a herança que o regime militar de 1964 deixou de legado à sociedade e ao território brasileiros.

No aspecto regional, é importantíssimo não esquecer a reformulação feita pelo IBGE nos limites das regiões brasileiras, feita em 1967, ou seja, nos primeiros anos do período militar. O Norte recebeu o então território de Rondônia, transformado em estado já nos últimos anos dos governos militares, em 1981; a Bahia e o Sergipe passaram a integrar a região Nordeste; a região Sudeste é datada dessa reformulação, reunindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; e o Centro-Oeste se compunha apenas de dois estados: Goiás e Mato Grosso, sendo que deste último o Mato Grosso do Sul foi desmembrado em 1975, ainda no regime militar. Essa nova divisão regional acabaria por servir de base às políticas territoriais desenvolvidas, pelo regime autoritário, sobretudo na década de 1970, tendo como focos principais as regiões Norte e o Centro-Oeste. Mas as outras regiões não foram negligenciadas: casos da manutenção da SUDENE, que já existia desde o final da década de 1950; e da SUDESUL – demonstrando a configuração de um Sistema Nacional de Planejamento Regional, ditadas pelo Governo Federal, numa época marcada por forte centralização ao governo central, em detrimento de princípios federativos.

Também da década de 1970, em decorrência do I PND, foram contempladas estratégias de planejamento urbano, em âmbito nacional também, com a instituição das “Regiões Metropolitanas”. A estratégia de buscar o desenvolvimento regional a partir de “pólos de desenvolvimento” foi reforçada e, exemplo disso, foi a fusão dos estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro. Segundo *FERREIRA in: CASTRO & ARAÚJO (2002)*: tal posição foi destacada nos relatórios do SNI da época. Por fim, em documentos analisados pela referida autora no arquivo Geisel, reforça-se a tese de que a fusão teve um caráter mais

técnico, na ideologia do desenvolvimento nacional, objetivando a emergência de um pólo de desenvolvimento de grandes dimensões, como o de São Paulo, diversificando-se pólos industriais e reduzindo desequilíbrios regionais. Buscava-se diluir a identidade carioca (ancorada num passado de capital do país) em prol da identidade fluminense, ancorada no passado colonial da velha província fluminense. Mais do que controlar as eleições de 1974 e frear a oposição emedebista, estaria consumando-se a transferência da capital para Brasília, já que esta última era vista como uma espécie também de “pólo avançado”, para as políticas projetadas para o Norte e o Centro-Oeste. Aliás, soa um tanto estranho, nos dias atuais, o regime militar ter buscado objetivos de desenvolvimento econômico através de uma fusão entre entes federativos, isso porque tal argumento é, e sempre foi, largamente utilizado, inclusive no presente, só que para desmembrar um ente federativo. O “argumento do desenvolvimento” foi, com certeza, um dos pilares para a consulta ao eleitorado do Pará em desmembrá-lo nos estados do Pará, do Carajás e do Tapajós, em 2011, proposta que não foi aprovada pelo eleitorado daquele estado. Pelo menos, de positivo, fica registrada a ocorrência da consulta da população estadual envolvida, fato completamente novo, não só em relação ao regime militar de 1964, mas na História do nosso País.

Durante o regime que perdurou de 1964 a 1985, os militares desenvolveram uma política não inédita, mas com certeza fortemente explícita, para o Norte e o Centro-Oeste, implantando programas de abertura de estradas, ligando estas regiões ao restante do país, incentivando políticas de colonização, projetos de grandes empresas, intensificando-se a exploração mineral e o povoamento, sem se preocupar então com as conseqüências ambientais e sociais para essas regiões. Contando já com a capital do país em Brasília, os governos militares abriram numerosas estradas como a Perimetral Norte, a Porto Velho-Manaus, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho, a Transamazônica, etc., tendo São Paulo como o principal eixo econômico do país, e Cuiabá e Brasília como pólos avançados para a abertura dessas estradas. Além da exploração de minérios em Rondônia e no Amazonas (cassiterita) e no Pará (bauxita, ferro, manganês, ouro, etc.) onde foi implantado o Complexo Carajás, ligado à Companhia Vale do Rio Doce, maior mineradora de ferro do mundo, privatizada não há muito tempo atrás.

Segundo *ANDRADE & ANDRADE (1999)*, julgou-se, inicialmente, que os governos militares tenderiam a abandonar Brasília e fazer do Rio de Janeiro novamente a capital nacional. Todavia, os militares compreenderam que, devido à pequena concentração populacional, ficariam menos sensíveis às pressões da sociedade nacional e implementariam mais facilmente a sua política, incluindo-se aí as políticas territoriais. Com o objetivo de firmar o Brasil no grupo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, procuraram abrir grandes rodovias e desenvolver uma agricultura empresarial no Centro-

Oeste, com o intuito de ocupá-lo, além de desenvolver a mineração.

Embora a tendência de ocupação dos “espaços vazios” já estivesse presente, principalmente desde o Estado Novo de 1937, tal tendência seria sobremaneira reforçada no decorrer das décadas seguintes, com destaque para o regime iniciado em 1964, através de uma clara política de expansão das fronteiras e preocupando-se com a criação de uma infraestrutura que favorecesse a implantação de empresas nesses “espaços vazios”. A Amazônia tornou-se prioridade e alvo de um processo de modernização que vinha em curso, sem realizar-se as reformas necessárias para o seu desenvolvimento, procurando-se o fortalecimento da grande empresa agropecuária através de incentivos fiscais. A Amazônia passaria por uma grande transformação, pois até o final dos anos 50, seu acesso se restringia ao transporte fluvial, a partir de Belém. A construção da rodovia Belém-Brasília, ainda no período democrático anterior, tornou-se um marco para o processo de integração da Amazônia à economia nacional e também para o avanço dos impactos ambientais, comandados por mineradoras e madeireiras, em que os maiores prejudicados foram as nações indígenas, os habitantes locais dependentes das atividades extrativistas, e os posseiros que seriam expulsos de suas terras pelo avanço da empresa capitalista na região.

A pertinência do tema a ser pesquisado, no âmbito da Geografia, é então aqui reforçado - o de apontar as principais heranças espaciais, que os governos militares legaram ao território nacional e nas diferentes estruturas (urbana, industrial, agrária, energética, de telecomunicações, de transportes, etc.) que compõem o mesmo, e que vêm persistindo até a atualidade e, certamente, ainda nas próximas décadas. Os governos militares procuraram implantar, reordenar e organizar a estrutura territorial brasileira nos projetos, ora regionais, ora nos planos globais a nível nacional (como o I e o II PNDs) com políticas, muitas vezes explícitas, de expansão, de ocupação territorial e de desenvolvimento econômico, sobretudo na Amazônia.

Além dos projetos, políticas e planos de caráter predominantemente territorial e econômico, ou ainda os de caráter regional, também não se pode deixar de lado as consequências ou os legados do regime de 1964 no referente à questão ambiental como, por exemplo, os impactos sobre a floresta amazônica, em uma época em que a questão ecológica e ambiental não eram tão fortes e, muito menos debatidas a nível oficial. Também as implicações e as decorrências da ditadura sobre o conjunto da população brasileira: por exemplo, na problemática da concentração de renda; para os níveis de rendimento dos diferentes segmentos da sociedade nacional; na dinâmica das migrações internas inter-regionais e intra-regionais; e tantas outras repercussões até sobre o comportamento da população brasileira, que se estendem até hoje, decorrentes do rápido avanço da urbanização e dos meios de comunicação (em especial as telecomunicações) no território nacional, que

trazem algum tipo de influência na queda da natalidade e nas mudanças ocorridas no perfil das famílias brasileiras.

Contudo para uma melhor compreensão de todo esse processo e vislumbrando uma melhor visão da totalidade dessas modificações será necessário um recuo na história nacional, não se restringindo somente à ditadura militar de 1964, mas retrocedendo a 1930, ano da Revolução, que pôs fim à República Velha e que marcaria a fase final dos chamados “arquipélagos mercantis” na estrutura espacial brasileira.

A tendência de ocupação dos “espaços vazios” ganha maior força a partir do Estado Novo de 1937 e se constituirá na raiz do que foi chamada de *modernização centralizadora*¹⁸ (COSTA, 2000) ou de *modernização conservadora*¹⁹ (BECKER e EGLER, 1998). No Brasil, esse processo, segundo diferentes autores, estaria embrionado na garantia da integridade territorial da antiga colônia, que manteve os seus limites, e não se estilhaçou numa multiplicidade de repúblicas como na América espanhola.

Esse processo de construção do Estado e do território brasileiros estaria inserido dentro da geopolítica de lógica militar, favorecida pela grande disponibilidade de terras para os latifúndios e pelo projeto da transferência da capital federal para o interior do país, mais precisamente no Planalto Central, que seria uma base logística no interior²⁰.

Essa *modernização conservadora e centralizadora* se cristalizaria e se consolidaria no regime militar de 1964, manifestando-se através do território brasileiro por meio dos projetos, planos, políticas, estruturas, redes e fluxos que foram implementados, organizados e reordenados. Na realidade, o regime militar não teria, sob esse aspecto, provocado uma ruptura radical do processo de modernização e centralização do Estado mas reforçado isso com a enorme concentração do poder pelo Estado por via autoritária, nas mãos do governo central. Aliás, no período militar foi notório tal concentração na esfera federal do governo, em detrimento das esferas estadual e municipal. Assim teria havido uma sequência e uma lógica, em todo esse processo, desde a Era Vargas (1930-1945), passando pelo governo JK e o Plano de Metas, até o regime autoritário de 31 de março de 1964.

Porém, neste trabalho serão inevitáveis as interligações com a Ciência Política e a História, como já ocorreu em outro momento desse trabalho. A análise de fatores políticos-históricos-institucionais, sócio-econômicos, e de relações de poder serão necessários para uma melhor compreensão da gênese do regime militar e dos anos que levaram ao fim deste período institucional. Procurar-se-à focar nas consequências territoriais e espaciais do projeto

¹⁸ COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. O autor utiliza o termo **Modernização Centralizadora**, para tratar do processo de modernização do Estado brasileiro.

¹⁹ BECKER, Bertha K & EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: Uma Nova Potência Mundial na Economia-Mundo*- 3º ed- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Os autores utilizaram o termo **Modernização Conservadora**, ao abordarem a modernização do Estado brasileiro.

²⁰ Id., Ibid., p.35.

militar para o Brasil, mas sem deixar de fora os outros fatores já aqui enumerados. Assim, este trabalho irá na direção em trazer alguma reflexão sobre: a formação sócio-política e econômica brasileira e, ao fundo, a latino-americana - e como o Brasil se insere em tal contexto mais amplo; e nas condições, conjunturas e fatores políticos-históricos-institucionais que conduziram os militares ao poder (se teria sido uma revolução ou um golpe de Estado) e o que teria levado à saída dos mesmos do poder em 1985; e, finalmente, como esse período institucional - que prolongou-se por 21 anos - afetou o espaço geográfico brasileiro e o território nacional.

Conforme *BARROS (1998)*, os governos militares têm confundido o imaginário e a memória dos brasileiros pelo fato de serem associados a uma sequência de generais-presidentes "ávidos pelo poder", e a isso se somam as versões escolares no que se refere ao movimento de 1964. *Fernando Henrique Cardoso*, em seu livro *O Modelo Político Brasileiro (1979)*, procura assinalar as principais causas que explicariam o movimento de 1964 como a intensa mobilização da classe média acomodada e setores politicamente ativos do empresariado e das oligarquias, colocando a questão se o que ocorreu foi uma revolução ou um golpe de Estado, mas o fato, segundo o autor, é que houve uma intervenção militar com um caráter de *contenção* das tensões geradas pelo regime nacional-populista encaminhando assim um modelo de desenvolvimento que subordinou o País às formas modernas de acumulação capitalista e de dominação econômica dentro de um sistema que trazia repressão política e a busca de desenvolvimento econômico.

Júlio José Chiavenato, em *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar (2006)*, propõe uma discussão sobre o que seria uma "revolução", em que esta seria a ruptura radical da ordem estabelecida. Pode originar-se de um processo violento, de uma longa luta armada, ou até surgir de um golpe de Estado. Não é raro que venha do voto direto e democrático. Pode ser uma revolução popular, que resgate o povo de uma miséria social ou da opressão política. Ou, ao contrário, uma ação para subverter a ordem democrática e instalar um regime fechado e autoritário²¹. Dentro deste raciocínio, citam-se a Revolução Cubana (1959) que venceu pela luta armada; a soviética de 1917, que se originou praticamente de um golpe de Estado, impondo-se após uma guerra civil; e por fim, o nazismo que chegou ao poder através das urnas e do voto democrático, a partir de 1933. Assim sendo, as revoluções alterariam tão radicalmente a vida das nações e dos povos que acabariam por influir nos destinos da humanidade. Segundo uma definição de *Marx e Engels*, em *CHIAVENATO (2006)*, "se é

²¹ *CHIAVENATO, Júlio José. O Golpe de 64 e a ditadura militar. 2 ed. reform. São Paulo. Ed Moderna, 2004 (Coleção Polêmica), p. 9.*

revolução, é um cataclismo”²². Assim sendo, o autor conclui com uma opinião que alguns até considerariam severa e polêmica; em 31 de março de 1964, não houve uma revolução no Brasil, mas sim, um “cisco”²³ (termo este, usado pelo autor) na História. Um golpe civil e militar que nada mudou. Chiavenato admite que o que ocorreu em 1964 realmente teria dado um poder enorme aos militares, ao ponto de que eles poderiam ter realizado uma revolução de verdade, mas as Forças Armadas teriam preferido se aliar aos interesses das elites da alta hierarquia sócio-econômica. Ao contrário de uma revolução, bastaria um pequeno “cisco” para que nada acontecesse. O processo do “nada acontecer” seria sempre traumático, poderia se aplicar a algum exemplo de golpe político não-revolucionário, mas este também não seria o caso do Brasil. Concluindo, o máximo que teria ocorrido no Brasil seria uma “*contra-revolução preventiva*.” Perpetuaria-se, então, uma ordem pequeno-burguesa.

Mas seria possível afirmar que “nada aconteceu” diante de tantos projetos, obras, estruturas e redes montadas ou consolidadas pelos militares no território brasileiro como os já mencionados anteriormente? E as alterações a nível de divisão regional e a nível político-administrativo como a criação de novos estados? Realmente não ocorreu nada no período militar? Não se questiona aqui as perdas humanas e todos os transtornos e terrores acarretados pelo regime de 1964, mas, dentro de um trabalho acadêmico, é importante ter clareza e analisar todas as faces daquele regime.

Parece que, ao completarem-se 50 anos do início do regime de 1964, ainda há muito a ser discutido, analisado e revisado sobre este período e suas repercussões até hoje. Um dos exemplos disso é que, no plano político atual, temos ainda figuras com um passado ligado à ditadura militar; ou que lutaram contra ela: no primeiro caso, no espectro político, ainda persistem agremiações político-partidárias herdeiras do regime autoritário, casos dos Democratas (DEM) e do Partido Progressista (PP), antigo PDS; no segundo caso, sobre a atual presidente – Dilma Rousseff, que esteve presa à época daquele regime. Mencionam-se ainda outros fatos, um dos herdeiros da Arena, o PFL, hoje Democratas (DEM), elegeu em 2008, o prefeito de São Paulo e acrescenta-se ainda os episódios ocorridos no governo do Distrito Federal, que envolveram diretamente o referido partido, há poucos anos atrás. Coloca-se também a importância geopolítica adquirida por Brasília como Capital Federal que veio de encontro aos projetos de expansão territorial e de investimentos no Centro-Oeste e Norte do País por parte dos governos militares.

Algumas das principais questões apresentadas para este trabalho, que aqui vêm a se adicionar a outras levantadas anteriormente, consistem em qual terão sido os resultados do

²² Id., Ibid., p.10.

²³ Id., Ibid., p.11.

projeto geopolítico militar; das políticas territoriais; das redes implantadas a nível nacional; dos grandes projetos do período; do novo arranjo regional feito na época - para a organização espacial brasileira. Como estes resultados vieram a acarretar as mudanças legadas pelo regime de 1964 às estruturas político-administrativa, urbana, industrial, agrária, energética, de telecomunicações e de transportes, entre outras, do país. Como as contradições que se materializaram durante o regime de 1964, no que concerne à Região Norte e os variados interesses em jogo na Amazônia; e a expansão, sobretudo das fronteiras da agropecuária, no Centro-Oeste brasileiro – repercutem ainda hoje em questões territoriais em nosso país. Quais interesses daquela época, ainda têm reflexos hoje, como, por exemplo, nas propostas de criação de novos estados da federação. E por que, mesmo após a redemocratização e de grandes vitórias eleitorais das oposições ao regime militar, como ocorreu nas eleições de 1982, ainda temos figuras políticas no cenário nacional e na mídia em geral, que foram ligadas àquele regime militar e disputam o voto de eleitores agora dentro de um regime formalmente democrático. Coloca-se a questão dos impactos sociais e ambientais, mais ainda a problemática da manutenção de certas estruturas advindas do regime militar, como do caráter dos projetos territoriais e estratégicos atuais e até dos serviços de inteligência do Governo Federal dentro de um regime de liberdades democráticas, além dos êxitos e fracassos de um modelo que combinou repressão política, desenvolvimentismo econômico e limitadíssimos avanços sociais.

Este trabalho estará sendo realizado principalmente através da leitura de bibliografia a respeito do tema estudado. Primeiramente será feito um levantamento da bibliografia existente sobre o assunto tratado que venha de encontro ao objetivo do trabalho, bem como possa permitir uma reflexão face aos problemas e hipóteses apresentadas pelo mesmo. Também serão consultados jornais, artigos e periódicos, juntamente com tabelas e materiais cartográficos com dados que sejam relevantes para serem apresentados, procurando complementá-los com outros dados levantados em livros.

Esta análise fará então a abordagem do momento histórico brasileiro em que os militares estiveram no poder, de 1964 a 1985. O que se intenta após é uma breve retomada histórica da formação sócio-política da América Latina, em como transcorreu o processo que levou à constituição de diversos regimes militares na América Latina. A intenção é tratar do panorama latino-americano ainda na Introdução. Optar-se-à pela porção latino-americana do continente, por ser historicamente uma área da esfera de influência norte-americana (sobretudo a América Central, se comparada à América do Sul). Embora existam diferenças entre a porção central e a meridional do continente americano, preferiu-se aqui tratar-se da América Latina em seu conjunto, no que concerne à sua formação política e social. Pensa-se que, neste momento, discutir-se diferenças entre a América do Sul e a Central seria tema

para um trabalho mais específico, porém obviamente a América do Sul terá maior visibilidade nesse trabalho, por conta da própria localização geográfica do Brasil e as suas relações com os seus vizinhos neste subcontinente.

O primeiro capítulo abordará a evolução da Geografia Política e da Geopolítica, ao longo da História, desde o século XIX até aos dias atuais. Na sequência, o pensamento geopolítico brasileiro, desde o final da República Velha (décadas de 1920 e de 1930), até às críticas atuais a esse tipo de pensamento, passando-se, obviamente, pelos diferentes períodos institucionais do Brasil, entre eles, o regime de 1964, destacando-se os principais autores “clássicos” da geopolítica nacional.

O segundo capítulo terá como foco o federalismo brasileiro, iniciando por sua trajetória temporal desde a proclamação da República até o golpe que depôs o presidente João Goulart. Em seguida, o federalismo nacional no contexto do regime autoritário de 1964, entremeado pela discussão da modernização conservadora/centralizadora do Estado brasileiro. Também será tratado o papel de Brasília no regime; a fusão dos estados da Guanabara com o do Rio de Janeiro; e a criação dos estados do Mato Grosso do Sul e de Rondônia.

Em um terceiro capítulo, segue-se sobre a participação dos militares na política brasileira, ao longo da história republicana da Nação. Será aprofundada a discussão sobre as diferentes visões e interpretações sobre o golpe de 31 de março de 1964, além de uma breve caracterização dos governos militares no Brasil, de 1964 a 1985, bem como do processo que levou à abertura do regime e à redemocratização, procurando-se sempre fazer as devidas conexões entre a História e a Geografia, para não se perder o foco do trabalho.

No quarto capítulo, discutir-se-à as heranças e os legados dos regimes militares para o Brasil, em especial decorrentes de um extenso processo de modernização conservadora, centralizadora e autoritária do Estado nacional brasileiro, exponencialmente potencializada pelos governos militares do período autoritário focado. Legados que ainda estão muito presentes na política, na sociedade, e em outros aspectos da vida nacional.

Nas considerações finais, serão levantadas questões que poderão ser exploradas em futuros trabalhos. Bem como um balanço de todas as análises tratadas. A crítica e a reflexão sobre essas heranças e legados de um período institucional marcado pelo autoritarismo militar. E seus efeitos e consequências para o presente e o futuro do Brasil.

Referências Bibliográficas:

ABRUCIO, Fernando Luiz, O Ultrapresidencialismo Estadual, in: ANDRADE, Régis de Castro (org.). Processo de Governo no Município e no Estado. Uma análise a partir de São Paulo. São Paulo, Edusp, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de & ANDRADE, Sandra Maria Correia de- A Federação Brasileira. São Paulo: Ed. Contexto, 1999 (Repensando a Geografia).

AQUINO, Maria Aparecida de - Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento – Bauru, EDUSC, 1999.

BARROS, Edgard Luiz de - Os Governos Militares. São Paulo: Ed. Contexto, 1998 (Repensando a História).

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 3ª Ed.

COSTA, Wanderley M. - Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo. Ed. Hucitec e Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.

COSTA, Wanderley Messias da Costa - O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2000 (Repensando a Geografia).

COSTA, Wanderley M. Ordenamento do Território: concepção e prática (2010).
wander@usp.br

FICO, Carlos – Além do Golpe: A Tomada do Poder em 31 de março de 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. (O Golpe) – p.13-67.

VESENTINI, José William - A Capital da Geopolítica. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

VESENTINI, José William – in: Teoria x Política. Construção do espaço e dominação – Considerações sobre Brasília. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1985 – n. 7, ano 2

Internet:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_nomes_oficiais_do_Brasil